



Assunto: Reavaliação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro com vistas à Revalidação do seu título de Patrimônio Cultural do Brasil.

À Coordenação Geral de Identificação e Registro (CGIR) e à Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS) do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)

Introdução

O presente Parecer Técnico apresenta um conjunto de considerações do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT-RN), de modo a fornecer subsídios para a Revalidação do seu título de Patrimônio Cultural do Brasil. O Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro ocorreu no ano de 2010, inscrito no Livro dos Saberes, o bem está relacionado aos conhecimentos, relações e domesticação de uma diversidade de espécies de plantas para consumo, à produção de alimentos, aos hábitos alimentares, o manejo dos espaços, às cosmovisões, além de toda a cultura material como utensílios e instrumentos de trabalho utilizados, em intersecções que configuram um sistema cultural que vai das roças até os alimentos, seus modos de consumo nos diversos domínios da vida social, em escalas ecológicas, biológicas, socioculturais e temporais, que atravessam domínios da vida material, social e econômica. (BRAYNER, 2019)

O território de ocorrência, relacionado ao SAT-RN, abrange os municípios de Santa Isabel, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, correspondendo às práticas culturais de 23 etnias indígenas (IPHAN, 2019). A agricultura dos povos do Rio Negro corresponde ao manejo de cerca de cem espécies de mandioca e trezentas espécies de outros tipos de plantas, configurando-se em um conhecimento e papel importante na constituição e na conservação de um amplo patrimônio biológico e cultural. (VELTHEM; EMPERAIRE, 2016).

O processo de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro incorporou as experiências iniciais de implementação da política de patrimonialização de bens de natureza



imaterial no Brasil, pois envolveram iniciativas-piloto na identificação de sistemas culinários, privilegiando estudos sobre feijão e mandioca.

A farinha, chamada por Câmara Cascudo de “a rainha do Brasil”, produzida e consumida no país inteiro, tem na região amazônica a maior diversidade de espécies de sua matéria-prima, a mandioca, bem como os mais variados tipos de farinha, os mais diversos usos culinários, o maior aproveitamento de todos os elementos que fazem parte do seu processo de produção, e é também, nessa região que se apresenta como relevante referência cultural. (BRAYNER, 2019, p. 42)

Segundo BRAYNER (2019) a época da solicitação do Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, estavam em debates entre técnicos e especialistas vinculados ao IPHAN sobre o reconhecimento de bens associados à cultura alimentar, em parte decorrente dos inúmeros pedidos de reconhecimento de receitas de “comidas típicas”. (BRAYNER, 2019). Notava-se que a mandioca é uma importante referência da cultura alimentar brasileira, pois é encontrada de norte ao sul do país, com diversos nomes segundo a região: macaxeira, aipim, mandioca, maniva. Entre os povos indígenas do Rio Negro, o consumo da maniva estava para além da alimentação, envolve um complexo sistema de relações de humanos com plantas, e de plantas com humanos, manejos da terra, com as normas, conceitos, práticas e relações sociais, histórias e narrativas. (HUSSAK e EMPERAIRE, 2016)

Segundo BRAYNER (2019), os anos 90, foi um período importante para o reconhecimento das práticas culturais dos povos da Amazônia, pois foram iniciados diversos trabalhos de pesquisas e documentação com intuito de fomentar a implantação de reservas extrativistas e propostas de conservação e de desenvolvimento sustentável na Amazônia, promovidas tanto por organizações nacionais quanto internacionais. Como desdobramento dessas iniciativas e ampliação das organizações das comunidades do Rio Negro, em julho de 2007, houve a introdução de aproximação mais significativa com o IPHAN, pois o órgão passou a fazer parte dos diálogos com os pesquisadores do projeto “Populações Tradicionais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia” (PACTA), e com representantes da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), em acordo iniciado em reunião realizada na cidade de Santa Isabel do Rio Negro. Naquele ano foi estabelecido uma agenda de trabalho interinstitucional entre o IPHAN e os interessados, a ACIMRN e o projeto PACTA, resultando no pedido de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro encaminhado pela ACIMRN ao IPHAN. Em 2010, o



Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro recebeu o título de Patrimônio Cultural Brasileiro, escrito no livro dos Saberes (DOSSIÊ DE REGISTRO, 2019)

Do Processo de Revalidação

Após 10 anos do Registro, foram iniciadas as tratativas para o processo de Revalidação do título de Patrimônio Cultural do bem, conforme estabelece o Decreto 3.551/2000. Dentre os procedimentos administrativos que compõem a Revalidação está previsto na Resolução N°05/2020 a elaboração do Parecer de Reavaliação. O Parecer deve ser produzido pela Superintendência do Estado integrando, na forma que couber, a participação e consulta de detentores, parceiros e demais segmentos interessados. As abordagens consultivas devem, fundamentalmente, identificar se há desejo dos detentores e detentoras em continuar fazendo parte da política de salvaguarda e reconhecimento do SAT-RN como Patrimônio Cultural Brasileiro. Não se tratando, todavia, de uma pesquisa exaustiva, inventário e documentação. Nesse sentido, a elaboração do Parecer Técnico é uma oportunidade inicial de levantar algumas informações sobre as atuais condições de produção e reprodução das referências culturais, aferindo demandas de ações futuras, inclusive, sobre a necessidade de pesquisas para o desenvolvimento de estudos sobre as dinâmicas culturais relacionadas ao bem, entre outras ações pertinentes como parte do escopo de ações de salvaguarda.

Diante disso, identificou-se inicialmente quem envolver e mobilizar para participação e consulta na elaboração do Parecer de Reavaliação. Sabe-se que desde o processo de registro até a implementação das ações de salvaguarda, foram sendo constituídos alguns coletivos deliberativos no âmbito das relações do Sistema Agrícola Tradicional Rio Negro, como: Conselho da Roça e o Comitê Gestor de Salvaguarda. No caso deste último, participam colaboradores como ISA, pesquisadores do PACTA, dentre outros que colaboram desde as pesquisas que instruíram o processo de Registro. Compreendemos que os representantes que compõem estes coletivos poderiam ser envolvidos nesta consulta, observando que a participação deve ser compreendida, como sugerido pela Resolução N° 5/2019, na forma, na quantidade e nas condições que couber.



Os trabalhos para a Reavaliação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro foram iniciados em 06 de julho de 2021, em reunião virtual com os Técnicos do DPI Rodrigo Martins Ramassote e Juliana de Souza Silva, juntamente com os Técnicos da Superintendência do Iphan no Amazonas - Mauro Augusto Dourado Menezes, antropólogo, José Vicente Damante Ângelo e Silva, analista ambiental, Jorge Edson Garcia, sociólogo, assim como Leandro Eustáquio Gomes, colaborador voluntário. A reunião teve como objetivo esclarecer os procedimentos a serem seguidos na elaboração do Parecer de Reavaliação, assim como dialogar com os técnicos locais sobre alguns aspectos que deveriam ser elencados na Nota Técnica que ainda naquela ocasião estava sendo confeccionada.

Na mesma data, foi enviado ao Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) o ofício N° 696/2021/IPHAN-AM SEI N° (2944730) para divulgação sobre o processo de Revalidação do bem, com intuito de pedir apoio para mobilização do coletivo deliberativo de salvaguarda para participação das consultas para elaboração do Parecer Técnico.

Seguindo o previsto no Art. 7º do Decreto 3.551/2000, e na Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019, o IPHAN, por meio do Departamento de Patrimônio Imaterial, instaurou processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil do bem cultural em tela através de processo (SEI 01450.001875/2021-26). As Coordenações-Gerais de Identificação e Registro (CGIR) e de Promoção e Sustentabilidade (CGPS), por meio da Nota Técnica 28 (SEI 2827542) de 20 de julho de 2021, reuniram considerações sobre os “aspectos culturalmente relevantes” e demais informações pertinentes visando auxiliar a redação do Parecer de Reavaliação, requisitando aos técnicos da Superintendência do IPHAN no Amazonas a elaboração e produção do Parecer de Reavaliação. Para elaboração do Parecer, conforme apregoa o Artigo 6º da Resolução 05/2019, faz-se necessária a integração de detentores, parceiros e interessados.

Recebidas as manifestações, o DPI as encaminhará às Superintendências envolvidas, as quais deverão emitir parecer técnico reavaliando os bens culturais registrados e, cuja elaboração **deverá integrar, na forma que couber, detentores, parceiros e demais segmentos interessados.** (Resolução 05/2019, Art 6º, pg. 1)



A partir dessa orientação, foi necessário avaliar a melhor maneira de incluir a participação de detentores e parceiros. Definiu-se inicialmente um cronograma com as atividades consultivas, definindo de modo geral que a participação se daria por meio de duas formas: o preenchimento de formulário de perguntas tendo como base o conteúdo da Nota Técnica 28 direcionados para o Coletivo Deliberativo de Salvaguarda, através da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN. Outra forma pensada para integrar detentores e parceiros seria a realização de entrevistas em grupo por meio de reuniões virtuais, no entanto não foram realizadas por motivos que explicitaremos mais adiante. As perguntas no formulário e nas reuniões virtuais em grupo tomaram por base não apenas os apontamentos e reflexões constantes na Nota Técnica supracitada, como também as orientações constantes no “Roteiro Básico para Revalidação do Bem” anexado à Resolução 05/2019. O objetivo geral destas atividades era de levantar informações junto aos detentores e parceiros para construção de dados para o Parecer.

Todavia, as tentativas de comunicação, seja por e-mail e ofício, não obtiveram retorno imediato. Adotamos, então, a estratégia do diálogo com o Instituto Socioambiental - ISA, solicitando apoio e mediação para desenvolvimento das atividades de consulta. Foram as Pesquisadoras do ISA que revelaram a realidade das lideranças indígenas sobre as agendas das ações de apoio às comunidades em situação de vulnerabilidade, em razão da pandemia, e as diversas demandas políticas como o Marco Temporal, referente a PEC 490 e demais agendas dos movimentos indígenas naquele momento.

Passamos a envolver em nossas comunicações o ISA que foi importante interlocutor para mediação do processo de consulta. No dia 19 de agosto encaminhamos a Nota Técnica tanto para a Pesquisadora do ISA Natália Pimenta, e também à liderança e membro do Coletivo Deliberativo Carlinhos Nery. No dia 25 de agosto, enviamos como instrumento de consulta o formulário de perguntas (questionário) com vistas a alcançar os detentores e colaboradores, da região dos três municípios de abrangência. Os formulários foram produzidos no formato PDF SEI N° [2944902](#) e no Google Forms: <https://forms.gle/XHgZGAHXJ14iUENz5> que poderia ser respondido pelos representantes individualmente, através de preenchimentos coletivos, ou na melhor forma encontrada por eles. O formulário foi elaborado com base nos apontamentos e indagações constantes na Nota



Técnica 28. As alternativas de instrumentos como formulário foi adequado ao contexto da pandemia de Covid-19, criando possibilidades para realizar este importante momento de diálogo e reflexão.

No dia 31 de agosto de 2021, encaminhamos a primeira proposta de Plano de Trabalho, com sugestão de prazos de entregas do preenchimento do formulário e incluindo a outra abordagem consultiva que era das reuniões virtuais. As reuniões virtuais dariam continuidade ao diálogo e complementaríamos informações não evidenciadas nos formulários. Seguiu-se depois outras duas propostas de Plano de Trabalho, adequando datas, sendo também encaminhadas para FOIRN.

No dia 03 de setembro de 2021, foi realizada uma breve reunião virtual, através da plataforma Google Meet com as Pesquisadoras Natália Pimenta e Camila Dias, e participação dos Técnicos Mauro Dourado e Jorge Edson Garcia, e do Pesquisador Leandro Gomes para alinhamento e esclarecimentos sobre as condições de apoio do ISA para desenvolver a consulta, sobre o que se espera do Parecer de Reavaliação e outros assuntos. Como encaminhamentos, as Pesquisadoras se comprometeram em identificar oportunidade de eventuais reuniões presenciais com os membros do Coletivo Deliberativo da Salvaguarda, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Vale registrar que o processo foi instaurado no contexto das restrições e realidades impostas pelo contexto pandêmico da Covid-19, tais como: a impossibilidade de deslocamentos dos indígenas que habitam em aldeias; impedimentos de aglomerações; demandas voltadas para atenção às comunidades em situação de vulnerabilidade; além de detentores acometidos pelo vírus, entre outras situações. É sabido, também, que as limitações do acesso à internet e à rede de telefonia na região do Rio Negro, no interior do Amazonas, é um dos problemas que também deveriam ser considerados, e foi mais uma das condições que inviabilizaram as atividades consultivas, pois não foi possível, a contento, a mobilização do Coletivo Deliberativo de Salvaguarda. Em condições normais, estas atividades envolveriam a ida dos Técnicos do IPHAN aos territórios de ocorrência do bem cultural para uma série de reuniões presenciais.

No dia 08 de setembro 2021, com base no pedido encaminhado, as pesquisadoras do ISA informaram a aplicação do formulário de perguntas, envolvendo a participação de



representantes das Coordenadorias da FOIRN, em São Gabriel, em reunião presencial com 19 representantes. Paralelo a esta atividade, as pesquisadoras intermediaram o contato com alguns colaboradores, participantes do processo de Registro e demais técnicos do próprio ISA, incluindo a participação dos mesmos através do questionário de consulta.

No dia 06 de outubro 2021, foi encaminhado para a equipe técnica do IPHAN-AM os formulários respondidos. Como o material encaminhado foi bastante extenso, e por ter sido enviado já ao final do tempo de prorrogação dos 30 dias, demandou-se mais tempo para análise, sistematização e até retomada de contatos com ISA para complemento e compreensão de algumas informações. Vale lembrar que, conforme já mencionado, após a participação por meio do formulário de consulta, eram previstas reuniões virtuais para complemento de informações e construção de dados relativos aos desdobramentos das ações de salvaguarda e aspectos não relacionados no formulário de consulta.

Os formulários preenchidos/respondidos foram encaminhados pela FOIRN através de link do Google Drive, constando a participação de detentores, membros da academia e da sociedade civil organizada. A primeira atividade de consulta foi realizada entre os dias 8 e 9 de setembro de 2021, dentro da programação de reuniões com outras pautas agendadas pela FOIRN. As reuniões contaram com a participação de 19 detentores e lideranças residentes das diferentes sub-regiões da bacia do Rio Negro. A pesquisadora do ISA, Natália Pimenta, oportunamente, no primeiro momento apresentou quais objetivos da atividade consultiva como parte do processo de revalidação do SAT-RN. Para facilitar a participação e ter maior aproveitamento do tempo, o grupo convencionou uma organização de 03 grupos de trabalhos para debater as questões orientadoras enviadas pelo IPHAN. Posterior a este trabalho em GTs, no segundo momento foi apresentado em plenária os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos grupos abrindo para discussão. Em anexo, podem ser consultadas imagens, listas de presença, os termos de cessão de uso de imagem dos participantes referente aos dois dias da atividade.

A consulta e contribuição da academia foi desenvolvida, também, via formulário digital, sendo encaminhado ao grupo de pesquisadoras vinculadas ao Projeto PACTA-"Populações Tradicionais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia", cujas pesquisas subsidiaram o reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro



em 2010. Participaram em conjunto as pesquisadoras Laure Emperaire, Thayna Ferraz, Janaína Diniz, Patrícia Bustamante e Lúcia van Velthen. Além das respostas do formulário, as pesquisadoras encaminharam uma lista de referências bibliográficas que neste parecer são compreendidas como ações de identificação e documentação desenvolvida ao longo dos últimos 10 anos, assim como material importante para estudos e apoio para elaboração para ações de salvaguarda futuras. Já a colaboração da sociedade civil organizada contou com a participação de 03 técnicos do Instituto Socioambiental – Adeilson Lopes, Carla Dias e Natalia Pimenta, trazendo para as questões da reavaliação um apanhado geral das temáticas e ações voltadas para salvaguarda e sustentabilidade do SAT-RN, desenvolvidas pelo Instituto junto aos povos do Rio Negro.

Avaliamos, assim, que a partir dessas atividades e/ou técnicas de consulta para apoiar a elaboração deste Parecer Técnico, conseguimos contemplar os principais apontamentos e questões contidos no “Roteiro Básico” e na Nota Técnica, ressaltando sempre os limites estabelecidos pela pandemia do Covid-19. Todos os documentos gerados podem ser conferidos no processo SEI N° 01450.001875/2021-26.

Neste Parecer de Reavaliação foi possível identificar alguns "processos de produção, reprodução e transmissão [do bem] no contexto social" (Resolução IPHAN 5/2019, artigo 2º), trazendo potenciais insumos à compreensão da continuidade e transformações de aspectos, elementos e valores constituidores, bem como listar e introduzir uma reflexão, com base nas descrições produzidas pelo coletivo deliberativo, sobre aqueles que não foram abarcados no recorte do Registro, proporcionando, posteriormente, a possibilidade de rever decisões, rumos e recomendações para ações de salvaguarda.

Seguindo os apontamentos e questões da Nota Técnica, e com base no Roteiro Básico da Resolução 05/2019, apresentaremos as considerações e ponderações subdivididos em dois blocos temáticos. O Bloco 1 discutindo o recorte efetuado no momento do registro, os aspectos culturalmente relevantes destacados e certas questões implicadas no enquadramento geral do bem e sua delimitação territorial, visando subsidiar sua análise na atualidade; o Bloco 2, por sua vez, apontou alguns aspectos que dizem respeito às transformações do bem e a sua salvaguarda.



Desta forma, e seguindo essas subdivisões propostas pela Nota Técnica, apresentaremos a seguir a consolidação dos dados construídos, objetivando elaborar uma reflexão sobre o bem, fazendo as leituras das condições atuais do bem num primeiro bloco e no segundo trabalharemos ações que foram desenvolvidas ao longo dos 10 anos, a estruturação do Plano de Salvaguarda e as ações sugeridas ou arroladas durante a elaboração deste Parecer que poderão ser encaminhadas após a conclusão do Processo de Revalidação

Bloco1 - Condições atuais de produção e reprodução do bem cultural: Uma leitura das permanências, das transformações e do fortalecimento sociocultural do SAT-RN

Conforme pontua a Nota Técnica 28, este Parecer Técnico tem propósito de identificar as condições atuais de produção e reprodução do bem cultural. Para tanto, propomos, através do Formulário de Consulta uma avaliação dos aspectos culturais, compreendidos no Dossiê de Registro como elementos estruturantes do bem, a fim de averiguar se desde a titulação do bem cultural houve transformações em seus sentidos e percepções, desaparecimento ou incorporação de elementos inexistentes ou não-captados durante o processo de Registro. Elencamos no formulário de forma sintetizada os aspectos culturais "relevantes" caracterizados no Dossiê de Registro, assim:

- a) Os conhecimentos indígenas que conformam o SAT-RN, há muitas gerações, são referências para memória, trajetória histórica e identidade para as comunidades indígenas da região do Rio Negro, e contribuem para conservação de recursos naturais, segurança e autonomia alimentar, tendo como centralidade o domínio de uma diversidade de espécies, modos de fazer e consumir a mandioca;
- b) A roça é “feita a derrubada de uma área de floresta ou capoeira alta, que, em seguida, é deixada para secar e, depois, é queimada. As roças são voltadas, geralmente, para o consumo familiar e para a comercialização em pequena escala.
- c) A área de ocorrência do SAT do Rio Negro está situada em três municípios do noroeste amazônico: São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, território no qual era possível “identificar uma rede de troca de conhecimentos, de processo rituais e de produtos específicos” entre os grupos étnicos que vivenciam o SAT.
- d) Os grupos detentores foram identificados como mais de 22 etnias ligadas a três famílias linguísticas da região do Rio Negro: Aruak, Maku e Tukano. Para essa delimitação, foram consideradas as formas comuns de transmissão e circulação de saberes, práticas e produtos entre esses grupos indígenas.
- e) Os conhecimentos e tarefas mobilizam homens e mulheres em fases diferentes da prática agrícola, a qual possui diversos significados, inclusive míticos. Os homens se encarregam do preparo do espaço da roça (derrubada, queima e limpeza), enquanto as mulheres assumem as etapas posteriores, pois são as “donas das roças”.



Superintendência do IPHAN no Amazonas

- f) A garantia e autonomia sobre alimentação está ligada ao funcionamento do SAT, sendo a salvaguarda dos valores e referências culturais imprescindível para as comunidades;
- g) Os artefatos utilizados a partir de matérias vegetais não cultivadas (madeiras, arumã, cipós, fibras) e empregados no plantio, transporte e processamento da mandioca. Embora a maior parte dos artefatos tenha procedência artesanal e indígena, alguns objetos industriais também têm sido introduzidos no cotidiano das atividades da roça.
- h) As práticas culturais associadas à roça incluem interações com outros domínios da vida social, cultural e material dos grupos detentores. Dentre aspectos aos domínios identificados, estão: elaborações culinárias, de modo a tratar os ingredientes, técnicas culinárias e receitas como aspectos que se relacionam a modos de produção, formas de comer, interações com o meio ambiente, cosmologia, simbologia, crenças, ritos e mitos das comunidades do Rio Negro. (Dossiê de Registro, 2019)

Com base nestes aspectos, perguntamos aos interlocutores a respeito da concordância, da permanência, transformações e a necessidade de incorporação de outros aspectos não contemplados.

De modo geral os detentores que participaram das atividades de consulta manifestaram concordância quanto aos aspectos elencados, afirmando que todos eles ainda permanecem como referências culturais que caracterizam o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. São aspectos que compõem a memória e identidade dos povos do Rio Negro, compreendido como valores que continuam sendo transmitidos para os mais novos.

Sim, há concordância atual sobre os aspectos listados. Mesmo após 10 anos de seu processo de registro, o SAT-RN continua com os mesmos aspectos e não irá acabar porque vem de muitas gerações, com conhecimentos, inovações e modos de fazer que continuam nos dias atuais. O SAT-RN é nossa referência de memória e identidade, por isso não há como mudar... é um sistema nosso, do povo indígena do rio negro que passa de geração para geração. A roça continua, a etapa da queima continua sendo feita com nosso conhecimento tradicional mesmo, porque assim se regenera e tem um ciclo de vida de abundância e riqueza de diversidade e de alimentos (Sandra e Elizângela, p.3)

Quanto à indicação de acréscimos de aspectos que não foram abarcados ou não identificados a época do processo de Registro, aparece apenas em mais de um dos formulários a indicação de inclusão de mais um povo como parte das trocas e relações que estruturam o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, compondo as relações de 23 povos. O povo Yanomami é identificado por alguns dos participantes como povo fazedor e consumidor de farinha, bem como de alimentos produzidos a partir da maniva. A inclusão do povo Yanomami foi debatido na dinâmica de grupo, durante a plenária, no qual os grupos de trabalhos apresentaram as respostas ao Formulário. Segundo registros desses diálogos sobre a



temática, houve consenso que há relações entre diferentes povos do Rio Negro e os Yanomami. Segundo relatos, os Yanomami, antes nômades, através do contato com os diversos povos do Rio Negro, desenvolveram apropriação cultural do fazer roça, estabelecendo e integrando uma rede de intercâmbio de materiais e conhecimentos existentes entre os povos do Rio Negro. Todavia, recomendou-se, a partir desse entendimento, uma consulta aos Yanomami sobre o seu sistema alimentar para identificar e consultá-los se isto é reconhecido por eles, ficando esta ação para medidas a serem planejadas posteriormente a Reavaliação.

Nesta esteira, observou-se, em apenas um dos formulários, que as relações inerentes ao SAT-RN extrapolam os limites geográficos dos 3 municípios identificados como lugares de ocorrências, no entanto, não são apontados quais outras localidades deveriam ser incluídas, sendo assim, compreende-se que pode ser um ponto a ser discutido em reuniões futuras.

Apesar de identificarem que todos aspectos destacados permanecerem, segundo os detentores consultados, como referências culturais, foi apresentado por eles algumas mudanças. Uma das perdas identificadas está relacionada a produção de artefatos. Conforme Dossiê de Registro, os artefatos utilizados e associados às práticas culturais do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro são confeccionados a partir de matérias vegetais não cultivadas (madeiras, arumã, cipós, fibras), em geral empregados no plantio, transporte e processamento da mandioca. Embora a maior parte dos artefatos tenha procedência artesanal e indígena, alguns objetos industriais também têm sido introduzidos no cotidiano das atividades da roça. Nesta consulta, os interlocutores puderam identificar a diminuição das práticas de transmissão dos conhecimentos dos modos de fazer os utensílios usados na produção de alimentos, inclusive a mudança da matéria-prima para confecção do tipiti e do aturá. O tipiti é um utensílio que tem a função de espremer a massa de mandioca ralada, e em tamanho menor para moquear pimenta. É um dos “equipamentos” da casa de forno, lugar da produção da farinha e demais alimentos, confeccionado com aruanã, casca jacitara e amarrações de cipó titica. O aturá é um cesto cargueiro feito de cipó ambé, cipó titica, envira verde, envira vermelha, utilizado para transporte e acondicionamento de mandioca com ou sem casca, de outros tubérculos, de várias frutas e de vasilhames com água. Tanto tipiti quanto aturá, estão listados dentre artefatos e objetos no Dossiê de Registro, todavia o modo de confecção sofreu



modificações, pois já podem ser encontrados confeccionados com material de garrafa PET. Outra mudança percebida é o processo de redução da quantidade de espécies de plantas, concentrando naquelas que possuem valorização dentro da política de comercialização. Observa-se, também, que em alguns aspectos do processamento da mandioca sofreu modificações com a introdução de alguns materiais industrializados para facilitar o preparo dos alimentos. Entretanto, esses materiais não foram listados. No Dossiê de Registro nota-se a identificação de alguns deles como: bacia de alumínio, ralador motorizado (caititu) e isopor.

É notado pelos detentores a diminuição das práticas de benzimentos das roças e alimentos em algumas localidades. Segundo o Dossiê de Registro a prática do benzimento é compreendida pelas comunidades do SAT-RN como uma condição de saúde, completude e à realização de um ser ou de um objeto, desde a criança até a roça. À época das pesquisas que instruíram o Registro, esta era uma prática restrita às comunidades do Alto Rio Negro, em outras regiões era lembrada apenas como saber dos antepassados. A *“partir dos benzimentos a roça, as mandiocas e as manivas se inserem numa rede de significados extremamente complexas”*. (DOSSIÊ DE REGISTRO, 2019, p. 46)

A despeito da redução das práticas de benzimento, os interlocutores observam que as comunidades que continuam fazendo um conjunto de práticas e relações, atribuem os mesmos significados.

Continuamos a fazer roça na capoeira e na mata virgem, com uma alta diversidade de manivas, com a viagem das plantas por meio dos casamentos e das relações de amizade e vizinhança. Os conhecimentos associados ao SAT-RN continuam, as memórias, as trajetórias, a mitologia, a identidade... nossa cultura e nossa identidade vive através do SAT-RN. (Sandra e Elisângela-lideranças do coletivo de mulheres indígenas, p. 4)

Ainda a respeito das percepções de mudanças, os detentores assinalaram que as práticas culturais associadas à roça saíram da condição de produção familiar para a produção de forma coletiva organizada e representadas pelas associações ou cooperativas de produção para comercialização/vendas, implicando em alteração da quantidade e da qualidade do produto. Esta mudança não é apresentada como negativa, ao contrário, os detentores apontam para necessidade de organização em cadeia produtiva do SAT-RN. Eles registraram que alguns grupos passaram a se organizarem em forma de associação para estruturar processos de



produção e escoamento de produtos do SAT-RN. Por fim, é descrito ainda que houve mudança quanto ao regramento da distância e escolhas dos locais de roça.

Alguns fatores são compreendidos como importantes para essas transformações, como: a supervalorização da tecnologia, sobretudo entre os mais jovens em detrimento das práticas tradicionais; a incorporação processual para aumentar a quantidade de produção e agilizar processamento; acesso aos benefícios e programas sociais. Em contrapartida alguns programas governamentais são vistos como benéficos e compreendidos como ações de salvaguarda. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), segundo relatado por Sandra e Elisângela (lideranças do coletivo de mulheres indígenas) o PNAE promoveu transformações vistas como positivas e que garantem autonomia alimentar. *“Atualmente há esse fortalecimento para que a secretaria de educação (municipais e estadual) absorvam a produção indígena a partir do SAT-RN, porque é um direito das crianças comerem alimentos vindos do SAT-RN”*. (Sandra e Elisângela- lideranças do coletivo de mulheres indígenas, p. 4). Segundo essas lideranças indígenas, é necessário destacar que no Amazonas há uma Comissão de Alimentos Tradicional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CATRAPOA), coordenada pelo MPF, impulsionada pelas articulações dos representantes do SAT-RN.

Foi consenso que são necessários novos estudos e produção de documentos para compreender as transformações ocorridas no SAT-RN, bem como um inventário sobre os processos de elaboração, dos saberes e fazeres dos antigos para apoiar na transmissão dos conhecimentos.

A Nota técnica 28 chama atenção sobre a ênfase dada sobre os traços comuns compartilhados pelas diversas etnias indígenas localizadas na região do Rio Negro, registrando a denominação do bem como Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro no singular. Todavia, sabe-se que há diferentes práticas agrícolas e cosmologias correlatas, conferindo diversidade cultural interna ao universo desse bem patrimonializado. Colocamos essa observação para consulta e debate dos detentores, perguntando se, a partir desta percepção, seria importante ampliar e aprofundar a documentação sobre a diversidade inerente ao SAT- RN.

Tanto nos formulários quanto no debate entre os detentores, verificou-se que há um dissenso. Para uma parte dos detentores consultados, é necessário discutir e fazer um



levantamento das diferentes práticas agrícolas de cada área ou região do Rio Negro. Para outra, há uma compreensão diferente alegando-se, primeiramente, que a diversidade é inerente ao SAT- RN, as diferenças e particularidades de cada povo constituem um sistema único, é constituído pelo compartilhamento de conhecimentos e de diversos tipos de trocas, e por isso o detalhamento demasiado pode ameaçar este entendimento.

É um único sistema, porque o conhecimento é compartilhado, ele circula... as plantas e as pessoas circulam. Minha mãe me ensinou fazer farinha de um jeito... eu aprendi com ela a maneira de raspar, de tirar goma, de cozinhar o tucupi. Quando eu casei, eu já aprendi também o jeito da minha sogra e ela também aprendeu com meu jeito. Por isso circula, por isso o sistema existe...porque a gente compartilha. No casamento, na família, com as vizinhas que a gente gosta. É um mesmo sistema, é o SAT-RN. É um sistema que nunca a gente deixar, porque é de todas as mulheres do Rio Negro. E, nesse SAT-RN, as pessoas fazem também do seu jeito específico.... A mulher Baniwa, por exemplo, são boas para fazer beiju grande. Todas nós fazemos beiju, mas as Baniwa são boas para fazer beiju grande. Os Baniwa, por exemplo, não tem muito costume de comer curadá, mas quando um baniwa por exemplo se casa com uma mulher baré, ela faz curadá e os filhos deles já crescem comendo curadá. Ou seja, mesmo que não fosse específico dos baniwa aquele alimento, através do casamento ele passa a comer... e assim vai. O SAT-RN é um sistema que tem troca, em que as pessoas vão incorporando conhecimento, práticas, alimentos. (Sandra e Elisângela- lideranças do coletivo de mulheres indígenas, p.5)

Reflete-se nessa noção de sistema, a ideia de totalidade e de circulação dos bens, “*todas as plantas foram feitas para circular entre a humanidade*” (DOSSIÊ DE REGISTRO, 2019. p.28). Ou ainda na dimensão do trabalho da roça como atividade que envolve uma rede de trocas, as parcerias, a vizinhança, e as relações de parentesco.

O padrão tradicional de organização de trabalho para operações como a broca, a derrubada ou o plantio é o *ayuri*, mutirão que reúne várias famílias, aparentadas ou da vizinhança. Sua base é a reciprocidade em trabalho, alimentação, alimentos, como farinha ou frutas, e variedades de plantas. (DOSSIÊ DE REGISTRO, 2019. p .28)

Após estas considerações mencionadas, os detentores fizeram avaliação acerca dos impactos gerados após o processo de patrimonialização. Segundo eles, é possível destacar, dentre os principais resultados observáveis, a contribuição do Registro para o fortalecimento do autoreconhecimento e a valorização da identidade cultural, principalmente para os povos do Rio Negro, a partir das documentações desenvolvidas.

O fortalecimento de reconhecimento e valorização da identidade cultural dos povos, necessidade de demarcação de terras indígenas, valorização da língua, educação indígena, as práticas culturais como culinária, utilização de medicina tradicionais, dança e instrumentos



musicais e criação de organizações indígenas. O levantamento para reconhecimento do SAT Rio Negro buscou identificar os saberes e as práticas que caracterizam o sistema alimentar dos povos do Rio Negro. Este processo ajudou no reconhecimento cultural de parcela da população de Barcelos e Santa Isabel que não mais se reconhecia como indígena. Suporte para processos demarcatórios, assim como o aumento na criação de associações de produtores e cooperativas de agricultores voltados para comercialização. (Detentores participantes da consulta, em reunião presencial FOIRN, Socialização, p. 2; GT 03, p.3)

Os detentores avaliaram que o registro influenciou na geração de emprego e renda para os detentores, podendo ser observado no fortalecimento e promoção dos produtos do SAT-RN para programas de aquisição de alimentos, e potencializou a visibilidade da comercialização de artesanatos em feiras e lojas. Com os resultados, o cultivo da roça tradicional ganhou melhorias estruturais, como nas casas de forno e equipamentos que ajudam no transporte e escoamento da produção, ampliando as cadeias produtivas e inserção nas políticas públicas de alimentação regionalizada.

A visibilidade conferida a partir do Registro tem atraído interesses das diversas instituições para conhecer mais sobre o SAT-RN. Detentores passaram a ser convidados para participação de eventos, prestação de serviços de apoio aos eventos como feiras culturais e outros, envolvendo cachê. A consulta, também, tematizou com base no Dossiê de Registro, alguns pontos de vulnerabilidades ou tipos de ameaças à continuidade das práticas associadas ao SAT-RN, como:

- 1) a hegemonia do modelo 'moderno' frente às práticas agrícolas locais;
- 2) a integração no mercado;
- 3) o acesso à terra;
- 4) a transmissão dos saberes, principalmente aqueles relacionados à dimensão simbólica;
- 5) a perda da diversidade biológica agrícola e dos saberes associados (Dossiê, p. 114).
Ex: uma perda de cerca de 50% das variedades de mandioca, com poucas introduções;
- 6) a falta de interesse dos mais jovens ou baixo envolvimento nas práticas relacionadas ao SAT;
- 7) a mudança dos hábitos alimentares.



O objetivo foi promover a avaliação quanto atual situação em relação a estas ameaças, que impactos causaram à transmissão dos saberes ao longo dos 10 anos, e até mesmo identificar se houve o aparecimento de outras ameaças. Segundo os participantes, as ameaças ou pontos de vulnerabilidade identificadas a época do Registro continuam gerando impactos sendo os mais preocupantes, atualmente, os que implicam nas mudanças de hábitos alimentares, no baixo envolvimento dos mais jovens nas práticas relacionadas ao SAT, como podemos observar no relato a seguir.

Sim, a falta de interesse dos mais jovens, a mudança dos hábitos alimentares e a transmissão dos saberes, principalmente aqueles relacionados à dimensão simbólica, essas preocupações ainda persiste até no momento, pois muitas famílias indígenas das comunidades de bases vem para cidade com o objetivo de dar melhor condições de vida para os seus filhos, melhor formação de estudos, empregos etc, mas quando chega na cidade deparam com uma realidade muito diferente, e não conseguem se sustentar na cidade e muito menos voltar para suas comunidades de origens e os filhos muitas das vezes se perdem nas bebidas ou drogas, não procuram saber o conhecimento tradicionais e da sua cultura. Nas comunidades de bases, com a entrada ou o fácil acesso de alimentos industrializados, ou algumas vezes por não ter a terra, ou mesmo com as mudanças climáticas dificultam o trabalho de roça, e algumas famílias indígenas consomem, mas os alimentos industrializados ou preferem comprar os derivados da mandioca já pronto para seu consumo. (Detentores participantes da consulta, em reunião presencial FOIRN, GT 03, p. 3-4)

A mudança dos hábitos alimentares também continua sendo uma preocupação. A gente se preocupa quando vê as crianças comendo muita bolacha, miojo, salgadinhos industrializados ou comida com transgênico, ou com muito óleo, sal ou açúcar, ao invés de comerem coisas da nossa cultura tradicional que faz bem, como mingau e cará. A gente se preocupa porque esse tipo de alimento industrializado faz a criança ficar desnutrida, com preguiça de estudar, se acostumando a não comer alimentação saudável. Esse tipo de alimento prejudica o SAT-RN e prejudica a vida das crianças. A gente sempre tem buscado conscientizar, a merenda escolar regionalizada tem ajudado nesse processo... a gente explica que açúcar, bolacha e salgadinho trazem doenças, que faz eles crescerem com o corpo fraco. A gente fala sobre a importância de tomar xibé, pimenta, farinha, tapioca, que é nosso hábito mesmo, que é o costume da nossa cultura. São os alimentos do SAT-RN que fortalecem nosso corpo, são nossa comida tradicional. (Sandra e Elisângela- lideranças do coletivo de mulheres indígenas, p. 8)

Outra ameaça destacada é a perda de variedade de espécies de manivas e demais plantas tradicionalmente cultivadas no SAT-RN. Essa continua sendo uma preocupação e vem causando impactos. Segundo os detentores, a redução da quantidade espécies cultivadas impactam diretamente, com passar do tempo, na transmissão dos conhecimentos sobre essas variedades.



Quando se tem muitos tipos, a transmissão vai além. A peça principal da roça é a maniva, mas não é só ela que tem na roça, tem muitas outras espécies e variedades de plantas que também são plantadas na roça. Se eu não conheço essa diversidade, tem um impacto porque, como eu vou passar aquele conhecimento e aquela diversidade adiante: Minha mãe tinha ucuqui, uma variedade de pimenta boa pra fazer jiquitaia, que é a mistura de pimentas. Se eu não tenho esse tipo de pimenta, o que vou passar de conhecimento sobre essa pimenta ser boa para fazer jiquitaia pros meus filhos? Como eles vão valorizar esse tipo de alimento da nossa cultura se eles não conhecerem esse tipo de pimenta? Essa diversidade faz parte da nossa cultura, da nossa identidade. Se eu não conheço essa diversidade, meu conhecimento fica empobrecido. A nossa preocupação é que as mulheres deixem de cultivar as variedades de maniva que dão pouca batata, que deixem de cultivar porque tem pouco “valor produtivo” ou porque seja pouco proveitosa. Assim podem se perder muitas manivas que são muito importantes nos cultivos. (Sandra e Elisângela- lideranças do coletivo de mulheres indígenas, p. 7)

Vale ressaltar que a variedade é indicada no Dossiê de Registro como uma das características essenciais do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, desenvolvida pelo esforço contínuo dos detentores na seleção e conservação das espécies. (DOSSIÊ DE REGISTRO, 2019)

Embora tenha sido alertado sobre a vulnerabilidade dos conhecimentos sobre a diversidade de espécies de plantas, Sandra e Elisângela, lideranças das mulheres indígenas do Rio Negro, relataram que em uma comunidade, através do contato com uma dona de roça, identificaram que ela ainda mantinha 56 tipos de manivas na roça dela. Para esta detentora, segunda as interlocutoras, “*ela planta para ter mesmo, porque diz que assim as manivas ficam alegres, que dançam juntas a noite*”. (Sandra e Elisângela- lideranças do coletivo de mulheres indígenas, p. 8)

Esta compreensão ontológica sobre aspecto da sociabilidade multiespécies entre plantas, plantas e agricultoras está relacionado a manutenção da diversidade das plantas cultivadas, principalmente das manivas, fazendo parte de um ethos de relações entre seres. (DOSSIÊ DE REGISTRO, 2019)

As mulheres exercem um papel fundamental neste sistema cultural observado, por exemplo, pela conservação das espécies de plantas, pois além de terem o domínio das roças, cabem a elas o papel transmissão dos conhecimentos às crianças. As crianças acompanham a mãe à roça, entremeando jogos e aprendizagem. (DOSSIÊ DE REGISTRO, 2019)



Esta relação de transmissão dos conhecimentos, às crianças ou aos mais novos têm sido mais um ponto de ameaça e vulnerabilidade. Nota-se que este processo tem sido pouco trabalhado a partir da prática ou das vivências, e muito mais através dos eventos, cursos de aperfeiçoamento, oficinas, livros e ou outros meios de pesquisa, intermediada pela necessidade de recursos financeiros para acontecer como a disponibilidade de bolsas.

Para os detentores ainda há dificuldades em repassar os conhecimentos associados ao SAT-RN aos jovens, segundo eles, as relações intergeracionais são permeadas pelo sentimento de descrença dos mais velhos a respeito dos jovens. Uma das mudanças sensíveis da relação de transmissão de conhecimentos pode ser observada através da monetização das atividades desse gênero, adequadas numa lógica de oficinas. Segundo os interlocutores, nota-se que o desinteresse dos jovens tem a ver com supervalorização do mercado de trabalho, e a necessidade de inserção na vida escolar, que na maioria das vezes, desloca os jovens para os centros urbanos. Outro aspecto comentado a respeito do desinteresse dos jovens sobre as práticas do SAT-RN, conforme depoimentos, tem a ver com a ampliação do acesso às ferramentas e linguagens tecnológicas, o que pode ser a causa de dissensos entre a relação intergeracionais, e o enfraquecimento a respeito da atribuição de sentido e identificação às práticas culturais do SAT-RN, não raro associando estas práticas aos mais velhos.

Muitas vezes, quando vem da comunidade para a cidade, a gente percebe que eles acabam se envolvendo menos com as atividades do SAT-RN. Muitas vezes se desinteressam pela roça e querem se inserir no “mundo moderno”. A roça é nosso passado, nosso presente e nosso futuro. É importante que os mais jovens recebam esses conselhos, que possam valorizar a roça, aprender a vivenciar o SAT-RN desde novo. É importante que a gente valorize desde cedo pras crianças a importância de trabalhar na roça. Trabalhar na roça não é um castigo... precisa ser valorizado também como um projeto de futuro, que não precisa ser uma trajetória desvalorizada em detrimento da trajetória escolar. Trabalhar na roça é trabalhar com conhecimentos fundamentais pra identidade dos povos do rio negro. Por isso é importante o momento dos rituais para os jovens, para que eles possam ter esse conselho e os aprendizados que vem da nossa cultura, da nossa formação tradicional, que é nossa faculdade. Assim ele vai ter sempre o conhecimento da cidade e o conhecimento da comunidade. Conhecer o conhecimento do SAT-RN e o conhecimento tecnológico, o conhecimento da escola. (Sandra e Elisângela- lideranças do coletivo de mulheres indígenas, p. 9)

Os detentores sinalizaram, ainda, a partir desta reflexão, a importância de incorporar a linguagem tecnológica com uso de diversos recursos no processo de transmissão dos conhecimentos e integração dos jovens. Segundo eles, é fundamental “*implementar e*



melhorar a política de educação indígena, para que o SAT-RN seja mais ensinado nas escolas. O SAT-RN precisava fazer parte da grade curricular das escolas do Rio Negro.” (Detentores participantes da consulta, em reunião presencial FOIRN, p. 10)

A participação e interesse dos jovens nas práticas e conhecimentos do SAT-RN passou por processo de ressignificação recentemente. Segundo os relatos dos interlocutores, foi observado que durante a pandemia da COVID-19, os jovens retornaram para os sítios e comunidades em razão das restrições impostas nas cidades. Esse retorno motivou interesse nos conhecimentos, sobretudo, a respeito dos conhecimentos relacionados às plantas medicinais e a medicina tradicional.

[...] a gente observou também que a pandemia acabou trazendo novamente esse interesse de volta nos jovens da cidade. Muitos na época da pandemia voltaram para os sítios e comunidades fugindo do vírus e buscaram aprender sobre plantas medicinais, tanto das plantas cultivadas (“plantas de quintal”) quanto as plantas não cultivadas (“plantas da mata”). Vários sítios e comunidades que estavam desativados foram reativados. A gente observou esse movimento de resgate da medicina tradicional por parte dos mais jovens da cidade que voltaram para as comunidades e sítios. No Rio Negro, agora não tem uma mulher que não tenha uma planta medicinal. Retornaram da cidade para seus sítios, limpavam a área, reativaram, se isolaram lá e assim muitos conseguiram atravessar a pandemia e sobreviver à doença. A doença impulsionou o resgate de tudo que estava na nossa própria memória. A gente lembra das nossas mães que criaram a gente sem depender de hospital. Folha de mucura kaa, folha de limão, gengibre, defumação com resina. Algo que a gente tem também tentado conscientizar os mais jovens é sobre a importância da continuidade dos benzimentos, a importância de valorizar os benzedores e pajés. Os benzimentos, a cura e os pajés são valiosos para nossa cultura. Graças a esses aspectos tradicionais da nossa cultura que estão ligados ao SAT-RN é que muitos de nós sobreviveu ao Covid... usamos muito breu, resina e tabaco para os benzimentos, além de uso de plantas medicinais. [...] (Sandra e Elisângela- lideranças do coletivo de mulheres indígenas, p. 9)

As ameaças até aqui levantadas refletiram no planejamento e realização de ações de salvaguarda ao longo dos últimos 10 anos. Uma das principais dificuldades, foi destacado as dificuldades para implementação das ações previstas no Plano de Salvaguarda, como exemplo, a inclusão da temática SAT-RN no Projeto Político Pedagógico nas escolas da Rede Pública dos municípios onde há ocorrência das práticas do bem; promoção dos produtos oriundos das roças; apoio às iniciativas de produção de farinha e derivados da mandioca; o fortalecimento da comercialização dos produtos através de programas governamentais.



Frente às ameaças e os pontos de vulnerabilidade listados, ao longo desse tempo, algumas iniciativas contribuíram para enfrentamento das ameaças, como o fortalecimento do acesso ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), sobretudo com a formação da CATRAPOA (Comissão de Alimentos Tradicional dos Povos e Comunidades Tradicionais). Outra iniciativa foi a criação da marca Wariró para venda de produtos ligados ao SAT-RN, trabalhada para divulgar e promover a comercialização dos produtos.

A respeito da comercialização, é importante frisar o cuidado quanto a manutenção da lógica de comercializar o excedente, priorizando a segurança e autonomia alimentar das comunidades do Rio Negro, sem introduzir uma lógica de mercado. *“A gente sempre fala, primeiro temos que pensar em nós, nas nossas comunidades, em nosso sustento e na continuidade do nosso jeito de viver, de fazer roça e de se alimentar... depois, o que tem a mais, a gente coloca no mercado. Desse jeito, o excedente é que vai pro mercado.* (Sandra e Elisângela- lideranças do coletivo de mulheres indígenas, p. 11, 2021)

Outras iniciativas foram identificadas como importantes para combater as ameaças ao SAT-RN, como a criação da Casa das Frutas em Santa Isabel do Rio Negro, projeto premiado e reconhecido pelo 2º Prêmio BNDES/2019 de boas práticas agrícolas para sistemas tradicionais, ficando em primeiro lugar. A criação do Departamento de Educação e Patrimônio Cultural, na última Assembleia da FOIRN em 2020, assim como a criação das feiras locais, são compreendidos pelos detentores como ações que contribuem em muito para salvaguarda dos conhecimentos e práticas ligados ao SAT-RN. No caso das feiras, é observado que elas geram um efeito positivo, segundo relatos, em relação a conservação e produção de uma diversidade de produtos.

[...] para poder mostrar que tem sementes, que tem tipos diferentes de maniva e tipos diferentes de frutas. As feiras, assim como os rituais de dabucuri, ajudam a incentivar que as mulheres tenham suas plantas, que tenham sua roça, que estejam todo tempo cuidando e zelando. Os rituais de dabucuri fazem com que as plantas da mata continuem a dar bem, continuem a querer alimentar a gente. A gente precisa dançar pra elas, precisa anima-las, animar as pessoas, é assim que as plantas dão bem, carregam bem[...]. (Sandra e Elisângela- lideranças do coletivo de mulheres indígenas, p. 11)

Os detentores comentaram sobre as outras condições que dificultam ou possuem potencial para dificultar a continuidade do bem cultural. A seguir listaremos um compilado das



condições de ameaças e vulnerabilidade compreendidas pelos detentores e detentoras descritas nos relatos presentes nos formulários dos GTs 1, 2 e 3, da Socialização e de Sandra e Elisângela.

a) A carência de mais políticas públicas de inclusão e valorização dos produtos do SAT-RN, bem como notam a falta de recurso do IPHAN para articulação e apoio às ações previstas no plano de salvaguarda.

b) A tecnologia é entendida como ferramenta que pode contribuir, mas também pode anular os métodos tradicionais.

c) A burocracia imposta para acesso aos programas e políticas de governo, emperrando a participação e o direito ao acesso.

d) A insegurança relacionada aos direitos ameaçados através dos atuais posicionamentos da classe política, através de Projetos de Leis;

e) As mudanças climáticas têm provocado alterações e adaptações para dar continuidade aos conhecimentos e práticas tradicionais, inclusive sobre a época de fazer roça.

Não se sabe quando vai dar verão, de forma que altera nosso calendário agrícola e nosso ciclo vital da roça. Mandioca isopor, perda de sementes, alagamento, pragas, ataque de porcos. O clima mudou e tem atrapalhado o calendário de produção agrícola – o conhecimento dos velhos já não funciona mais para orientar o plantio e colheita das roças. Grandes secas têm impacto dos peixes também. Necessário buscar alternativas para adaptação e mitigação de impactos - incluir novas tecnologias para conservar alimentos. (Detentores participantes da consulta, em reunião presencial FOIRN, 2021)

f) Aumento da mobilidade (voadeiras e motores) tem facilitado o fluxo entre comunidade e cidade, dificultando a manutenção das rotinas diárias de trabalho na roça;

g) Conflito por terra – aumento dos grupos não tradicionais nas áreas de entorno da cidade, que exige a elaboração de acordos de convivência para o uso da terra para produção. Em áreas do baixo rio negro, as disputas são com outros e pelo reconhecimento da própria terra indígena;

h) Requerimentos minerários, contaminação das águas – mudança da paisagem e impactos na nutrição;

i) Aumento das embarcações e lixo dos rios, impacto na pesca tradicional.



Consulta à Academia (Pesquisadores PACTA)

Foi realizada uma consulta com um grupo de pesquisadores (5) do projeto "Populações Tradicionais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia" (PACTA), em que esses pesquisadores produziram em conjunto a avaliação que descreve o cenário atual do SAT-RN. Os pesquisadores participantes e respectivas instituições vinculadas são: Janaína Diniz (UnB), Laure Emperaire (IRD), Lúcia Van Velthem (MPEG), Patrícia Bustamante (Embrapa), Thayná Ferraz (FUNAI). Tal construção foi realizada e embasada através do diálogo com as lideranças e produtores do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. O formulário de resposta foi concebido em 3 de outubro de 2021, a versão integral do documento consta em anexo a este Parecer.

Na primeira parte, os pesquisadores foram indagados quanto aos elementos que compõem o SAT-RN e se haveria a necessidade de incluir algo novo relativo a outros aspectos do SAT-RN. A resposta a essa questão está dividida e apresentada em 8 tópicos (A - H), e com pontos complementares de 1 a 5. Essas respostas são referentes ao Bloco I de perguntas do Formulário de Consulta.

A - É destacado pelos pesquisadores a relevância do SAT-RN como elemento do patrimônio cultural das populações indígenas do Rio Negro, em que são referências para a memória, trajetória históricas e identidade, cujas práticas e saberes auxiliam *“na conservação de recursos naturais, segurança e autonomia alimentar, tendo como centralidade o domínio de uma diversidade de espécies, modos de fazer, e consumir a mandioca.”* (PACTA, p.1).

Entretanto, os pesquisadores consultados ressaltam que o registro não abrange a totalidade e integralidade dos aspectos agrobiológicos e biológicos cruciais para a efetiva consolidação do territorial das populações tradicionais e de conservação da biodiversidade, destacando que:

- (i) que a região do Rio Negro é um foco de diversidade de plantas cultivadas como já foi indicado;
- (ii) o papel de domesticação, seleção de plantas cultivadas que, além da sua importância regional para alimentação e outras funções, é de interesse nacional e internacional para a conservação in situ de recursos fitogenéticos principalmente no contexto de mudanças climáticas;



(iii) numa escala maior, o fato que o manejo realizado pelos detentores propicia a ampliação da diversidade genética e contribui para que o Brasil cumpra compromissos internacionais assumidos com a assinatura da Convenção da Diversidade Biológica e Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos. (PACTA, p.1).

Os pesquisadores argumentam que o SAT-RN necessita ser pensado em uma escala mais abrangente que a local, pois segundo eles, aquando do reconhecimento no ano de 2010 o SAT-RN *“tinha um caráter pioneiro no âmbito das políticas de patrimonialização, ressaltamos que hoje há um interesse para os SAT muito mais amplo a ser considerado nas escalas nacional e internacional.”* (PACTA, p.1-2). Eles ressaltam que subsequente a esse pioneirismo houve os desdobramentos:

- (i) Em 2018, o Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira foi reconhecido;
- (ii) em 2020 foi o Sistema Agrícola Tradicional na Serra do Espinhaço Meridional, Brasil que foi reconhecido como patrimônio agrícola mundial;
- (iii) houve duas edições do prêmio do BNDES para Boas práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais que mobilizaram umas 70-80 candidaturas. (PACTA, p.1-2)

Outro elemento destacado é ligado quanto a *“amplitude nesses últimos dez anos é o reconhecimento do papel dos povos indígenas e das comunidades locais na conservação da biodiversidade e agrobiodiversidade (ver a VII Reunião do IPBES em 2019, e o recente (setembro 2021) congresso da União Internacional de Conservação da Natureza.”* (PACTA, p.2).

B- Quanto às práticas e técnicas utilizadas, os pesquisadores destacam que a *“A roça é feita a derrubada de uma área de floresta ou capoeira alta, que, em seguida, é deixada para secar e, depois, é queimada. As roças são voltadas, geralmente, para o consumo familiar e para a comercialização em pequena escala.”* (PACTA, p.2). Essa informação é apresentada para subsidiar o argumento que *“É imprescindível insistir não apenas nas três fases citadas, derrubada, seca, queima. Elas representam apenas uma parte do ciclo roça – floresta.”* (PACTA, p.2). Com isso fazem o detalhamento e justificativa quanto ao processo a apontar que:

- (i) A roça aberta na floresta (ou numa capoeira velha) é devolvida a essa floresta.
- (ii) As capoeiras em seus vários estágios de regeneração oferecem vários recursos, alimentares entre outros, fazem parte do funcionamento do sistema agrícola.



A maior parte da literatura menciona apenas a abertura da roça na floresta omitindo todo o manejo complexo (plantio de frutíferas, imbricação de ciclos curtos de uso da roça com ciclos longos) que permite que se torne de novo floresta e assegura sua sustentabilidade. (PACTA, p.2)

C- É descrito quanto a ocorrência e abrangência do SAT, em que está situado em três municípios no noroeste amazônico, mais especificamente em São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, que segundo eles é o *“território no qual era possível identificar uma rede de troca de conhecimentos, de processo rituais e de produtos específicos” entre os grupos étnicos que vivenciam o SAT.*” (PACTA, p.2)

D- São indicados os grupos de detentores, etnias, a destacar que esses grupos *“são de 22 etnias ligadas a três famílias linguísticas da região do Rio Negro: Aruak, Maku e Tukano. Para essa delimitação, foram consideradas as formas comuns de transmissão e circulação de saberes, práticas e produtos entre esses grupos indígenas.*” (PACTA, p.2). É destacado pelos pesquisadores que:

Essa "delimitação" reflete o complexo cultural, multiétnico do Médio e Alto Rio Negro. Porém se houver outros grupos indígenas que desenvolvam modelos agrícolas com os mesmos fundamentos conceituais e práticos que o SAT-RN, fariam parte do SAT-RN. Da mesma forma, para além da bacia do Alto e Médio Rio Negro, grupos não indígenas podem ter adotado práticas agrícolas similares. (PACTA, p.2)

E- São descritas as questões de gênero e os respectivos papéis dentro do sistema de produção, em que *“Os conhecimentos e tarefas mobilizam homens e mulheres em fases diferentes da prática agrícola, a qual possui diversos significados, inclusive míticos. Os homens se encarregam do preparo do espaço da roça (derrubada, queima e limpeza), enquanto as mulheres assumem as etapas posteriores, pois são as “donas das roças”.*” (PACTA, p.2). Quanto a isso, é destacado também que *“Sem dúvida que as práticas são diferentes entre homens e mulheres, mas a separação homem/mulher vai além do fato técnico do preparo da roça.”* (PACTA, p.3). São apresentados esses detalhamentos das funções/papéis, que envolvem elementos para além dos adultos e humanos.

(i) A dona de roça é detentora do saber sobre as plantas cultivadas e essas circulam principalmente entre mulheres.

(ii) Os direitos costumeiros associados às plantas são também diferentes. Os pés de frutíferas pertencem em geral ao homem (esposo, irmão ...), enquanto as outras plantas são do domínio e



da responsabilidade da mulher. Ser dona de roça é ter a responsabilidade global do funcionamento produtivo da roça. A roça é também um espaço de aprendizagem para as crianças.

(iii) O sistema agrícola não depende apenas dos humanos. Além dos mitos, está relacionado à cosmologia e às relações que são estabelecidas entre humanos e não humanos. (PACTA, p.3).

F- São abordadas questões em que *“A garantia e autonomia sobre alimentação está ligada ao funcionamento do SAT, sendo a salvaguarda dos valores e referências culturais imprescindível para as comunidades.”* (PACTA, p.3). É enfatizado que *“A salvaguarda desses valores de autonomia, soberania pode ser reforçada com a sensibilização dos jovens ao tema através da escola e de oficinas especializadas.”* (PACTA, p.3).

G- São descritos os materiais utilizados na produção de ferramentas e utensílios, em que:

Os artefatos utilizados a partir de matérias vegetais não cultivadas (madeiras, arumã, cipós, fibras) e empregados no plantio, transporte e processamento da mandioca. Embora a maior parte dos artefatos tenha procedência artesanal e indígena, alguns objetos industriais também têm sido introduzidos no cotidiano das atividades da roça.”

A produção de artefatos resulta de conhecimentos especializados, relacionados com os recursos ambientais, diferentes técnicas de confecção e também com concepções estéticas e simbólicas. Alguns objetos constituem marcadores identitários, como o cesto cargueiro – confeccionado pelos homens e usado pelas mulheres – para o povo Baré. (PACTA, p.3).

H- Quanto às práticas culturais é destacado que:

As práticas culturais associadas à roça incluem interações com outros domínios da vida social, cultural e material dos grupos detentores. Dentre aspectos aos domínios identificados, estão: elaborações culinárias, de modo a tratar os ingredientes, técnicas culinárias e receitas como aspectos que se relacionam a modos de produção, formas de comer, interações com o meio ambiente, cosmologia, simbologia, crenças, ritos e mitos das comunidades do Rio Negro.

Um aspecto fundamental das práticas culturais não citado é o papel das redes entre parentes, vizinhos, familiares ... que permite a circulação das plantas sob a forma de sementes ou mudas, gêneros alimentares (caça, pesca, encomendas de farinha, artefatos ou outros produtos), o que reforça a coesão social em torno desse SAT. Além do seu papel social, essas redes atuam como um mecanismo de conservação da rica agrobiodiversidade do SAT-RN e dos saberes associados na escala regional. (PACTA, p.3).

Quanto às transformações percebidas referentes desde o registro, ou seja, nos últimos 10 anos, se houve alguma perda ou mudança substancial, os pesquisadores responderam que *“As últimas estadias dos pesquisadores do PACTA em Santa Isabel do Rio Negro ocorreram em 2015-2016, seja há mais da metade do percurso patrimonial do SAT-RN sem que se tenha*



percebido mudanças radicais nas práticas. Porém houve participação do Pacta nas reuniões de salvaguarda.” (PACTA, p.4). Esses e outros aspectos são detalhados e pontuados em:

(i) Aparece que há de reforçar a atenção dos poderes públicos sobre os riscos de perda de diversidade biológica e de saberes em várias áreas de conhecimento e ter uma maior articulação entre políticas públicas que incidem sobre o SAT-RN com a finalidade de consolidá-lo.

(ii) A observação das imagens satélites entre 2015 e 2021 indica também uma intensificação da ocupação da agricultura em torno de Santa Isabel.

Essa situação pode reforçar dinâmicas de trocas e ampliar a diversidade presente sem que isso configure obrigatoriamente rupturas, mas adaptações do SAT-RN. Reflete um dinamismo do SAT-RN que garante sua perenidade. Nessas novas configurações é necessário reforçar a visibilidade do SAT-RN.

3- Ainda como complemento à questão anterior sobre as transformações, é indicado pelos pesquisadores a necessidade de *“Uma pesquisa dos detentores, com eventual participação dos pesquisadores do Pacta ou outras entidades, permitiria analisar de modo mais detalhado as novas dinâmicas espaciais e sociais que emergiram nos últimos dez anos.” (PACTA, p.4).*

4- Sobre a identificação de continuidade dos aspectos culturalmente relevantes que subsidiaram o registro do bem, é dito que *“Todos os aspectos são interconectados e asseguram a coerência do SAT-RN enquanto elemento fundamental do modo de vida das populações locais e de suas dinâmicas de adaptação, como já ocorreram ao longo de sua história. A patrimonialização do SAT-RN foi a primeira etapa desse reconhecimento institucional da importância das agriculturas tradicionais.” (PACTA, p.4).* Esses aspectos de fundamentação são descritos em:

(i) na manutenção pelos povos indígenas e comunidades tradicionais de sistemas de uso sustentável dos territórios, adaptados às condições locais;

(ii) na decorrente existência de sistemas alimentares localizados que permitem soberania e autonomia das populações locais;

(iii) os processos de inovação fundamentados nos conhecimentos e práticas das populações locais no que se refere à diversidade agrobiológica, o que permite adaptações a novas condições climáticas e ecológicas;

(iv) na possibilidade de obtenção de renda econômica compatível com a continuidade dos sistemas agrícolas;

(v) na conservação de um rico acervo cultural.

Os argumentos desenvolvidos na ocasião do registro do bem como patrimônio (parecer n. 026/CR/DPI/ IPHAN do 12 de julho de 2010 e Parecer do 3 de novembro de 2010) permanecem plenamente válidos.

Ressaltamos:



- (i) A riqueza dos saberes e práticas sobre a diversidade das plantas (conservação de recursos fitogenéticos);
 - (ii) A riqueza dos saberes e práticas sobre a cultura material (além do seu papel cultural, pode apresentar opções de criação de renda);
 - (iii) O manejo sustentável da floresta (conservação da biodiversidade e manutenção da integridade do território);
 - (iv) A produção alimentar (autonomia das famílias e renda econômica via PNAE e feiras);
- Há também de citar inovações econômicas altamente positivas que tem um forte potencial para garantir a perenidade do SAT-RN (ver infra).

5 - Segundo os pesquisadores quando da construção do processo de registro, houve a busca com o objetivo de evidenciar os elementos comuns e compartilhados pelas diversas etnias da região do Rio Negro, o que possibilitou um registro no singular. Contudo, sabe-se da existência de diferentes práticas e peculiaridades quanto às práticas agrícolas e cosmologias. Frente a esse cenário os pesquisadores do PACTA apresentam a indagação se *“Seria o caso de ampliar a documentação sobre o bem, de modo a aprofundar a documentação e o conhecimento sobre tais questões?”* (PACTA, p.5). A esta pergunta eles apresentam a resposta a seguir:

De fato, a primeira pesquisa visou mostrar os grandes princípios que organizam o sistema agrícola e alimentar regional, porém durante esses dez anos, tanto constatamos que existem diferenças no SAT entre famílias linguísticas (e provavelmente entre os grupos indígenas) quanto diferenças foram relatadas pelos detentores. É importante, sob o rótulo guarda-chuva SAT-RN, explicitar melhor essas diferenças com a mobilização dos detentores, com a inclusão das donas de roça, no entanto sem fragmentar esse patrimônio. A inclusão dos Ianomâmi está sendo discutida pelas associações. (PACTA, p.)

Iniciamos aqui as respostas quanto as questões apresentadas no Bloco 2 do Formulário de Consulta, composto de 1 à 4. Neste bloco buscou-se compreender os impactos (positivos e negativos) referentes ao desdobramento quando do registro do SAT-RN como Patrimônio Cultural do Brasil.

1- Inicia-se o bloco de perguntas em busca de compreender se após o reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil houve a identificação de novos grupos e territórios. Como resposta foi dito que essa pergunta seria direcionada aos detentores, que na ocasião da última reunião de salvaguarda realizada com os detentores em 2019, esse questionamento deveria ter sido feito a eles.



2- Ao serem questionados se houve mudanças quanto a auto-organização dos grupos, novamente a resposta é que essa pergunta deveria e seria direcionada aos detentores, e que novamente esse tema deveria ter sido abordado na última reunião de salvaguarda realizada com os detentores em 2019.

3- Quanto às atividades que são compreendidas como importantes para a divulgação e promoção do bem e produtos desde quando ocorreu o registro, os pesquisadores responderam a pontuar as atividades/itens. São eles:

- (i) No Museu da Amazônia – MUSA, situado na cidade de Manaus foi inaugurada em 2017 uma exposição sobre o SAT-RN intitulada: “Aturas, Mandiocas, Beijus. O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro”. Essa exposição foi concebida por uma curadoria indígena, formada por representantes do Médio Rio Negro, em parceria com MUSA, Museu Goeldi e IPHAN - AM.
- (ii) Publicação, em 2016, do livro intitulado “Manivas Aturás Beijus. O sistema agrícola tradicional do Rio Negro. Patrimônio Cultural do Brasil”, organizado por L. van Velthem e L. Emperaire com a participação de C. Neri, então presidente da ACIMRN. Foram impressos 3000 exemplares distribuídos no Rio Negro pelas associações ASIBA, ACIMRN e FOIN, com um lançamento.
- (iii) No plano científico e da difusão de conhecimento houve uma importante produção publicadas (em torno de 30 publicações disponíveis se for preciso – lista anexada) pelos pesquisadores do Pacta e pelos detentores.
- (iv) Foi organizado em 2014 um curso ministrado pelos detentores de saberes de Santa Isabel do Rio Negro voltado para os técnicos do IDAM do Estado do Amazonas. O objetivo do curso evidenciar a pluralidade de saberes sobre agriculturas tradicionais e reverter relações de poder que desvalorizam os saberes locais.
- (v) Organização de vários ateliês com os detentores (alimentação, cultura material, agrobiodiversidade, Sistema de informação geográfica) e envolvimento de jovens pesquisadores indígenas nas pesquisas.
- (vi) Destaca-se, também pela importância política, o processo de delimitação da Terra Indígena Jurubaxi-Téa, situada no município de Santa Isabel. Esse complexo processo contou com a participação ativa de representantes indígenas. A homologação desta TI em 2018, constitui um significativo e positivo instrumento de garantia de direitos e de continuidade para o SAT-RN. (PACTA, p. 5-6)

4- Quando indagados sobre a geração de postos de trabalho e renda aos detentores após o registro, é descrito que houve uma mobilização e articulação com apoio do ACIMRN, ISA e FOIRN para planejarem e criarem ações com objetivo salvaguardar o patrimônio e que também permitisse retornos econômicos. Dentre essas articulações e ações estão:

- (i) O projeto Cadeia Produtiva do Rio Negro está sendo desenvolvido no município de Santa Isabel do Rio Negro com produtos do SAT-RN, sendo mais conhecido como projeto “Frutas



Secas”. O objetivo do projeto é realizar a pesquisa de frutos oriundos da roça que possam ganhar mercado na forma de frutas secas, barras de frutas e farinhas. A ideia de cadeia considera a produção e a transformação de produtos que pudessem atender às demandas variadas, tanto de consumidores rurais como urbanos, contribuindo para o fortalecimento das atividades da agricultura indígena e a valorização dos produtos do SAT-RN;

(ii) Mais recentemente, a ACIMRN foi contemplada com o primeiro lugar na segunda edição do Prêmio BNDES de boas práticas para sistemas agrícolas tradicionais (IPHAN, 2021). Além do apoio do ISA à FOIRN e à ACIMRN, o projeto “Frutas Secas” contou com financiamento da Fundação Hermès/França (Projeto Iniciativa compartilhada para o reconhecimento dos saberes locais sobre a diversidade agrícola na Amazônia brasileira: o médio Rio Negro) até 2018, para desenvolvimento de produtos e aquisição de equipamentos e, em 2019 foi contemplado em chamada da Embaixada da França para projetos de Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos e Saúde. Apesar dos atrasos em função das restrições da pandemia;

(iii) Com a casa de frutas em operação e com o avanço das ações da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa) na região do Rio Negro, as produções das roças poderão ser fornecidas para escolas do território, possibilitando a manutenção hábitos culturais e alimentares ligados ao SAT-RN entre crianças e jovens. (PACTA, p. 6)

Neste último bloco de perguntas do Formulário de Consulta, Bloco 3, são apresentadas indagações quanto as ameaça à continuidade das práticas associadas ao SAT-RN e mesmo de vulnerabilidades, em que destacam que conforme já explicitado no Dossiê de Registro, tipificam essas ameaças e vulnerabilidades que persistem. São elas:

- 1) a hegemonia do modelo ‘moderno’ frente às práticas agrícolas locais;
- 2) a integração no mercado;
- 3) o acesso à terra;
- 4) a transmissão dos saberes, principalmente aqueles relacionados à dimensão simbólica;
- 5) a perda da diversidade biológica agrícola e dos saberes associados (Dossiê, p. 114).

Ex: uma perda de cerca de 50% das variedades de mandioca, com poucas introduções;

6) A falta de interesse dos mais jovens ou baixo envolvimento nas práticas relacionadas ao SAT;

- 7) A mudança dos hábitos alimentares.



Como desdobramento e complemento à questão anterior, foram eles indagados se essas preocupações persistem e quais os impactos delas no sistema e processo de transmissão dos saberes desde quando ocorreu o registro do SAT. Esses impactos são pontuados como:

- (i) A hegemonia do modelo convencional da agricultura ainda representa uma ameaça à continuidade das práticas associadas ao SAT – RN e também representa uma ameaça à diversidade biológica uma vez que programas de governo são implementados de forma ampla em todo Estado, priorizando produtividade e uniformidade dos cultivos, ameaçando a biodiversidade local. Enquanto não existir interações entre diferentes Secretarias de Estado para construção de programas que considerem as especificidades de cada região, a ameaça permanece;
- (ii) a integração no mercado construída pelos próprios detentores com suas parcerias permite fortalecer os SAT e divulgar suas potencialidades (ver exemplos das Casas de Pimenta no Alto Rio Negro, da produção de frutas secas em Santa Isabel que mantêm a coerência biológica e social do SAT);
- (iii) O quadro geral do acesso à terra deve ser considerado com atenção (ver o marco temporal - PL 490).
- (iv) a transmissão dos saberes deve ser considerada num quadro, ainda em construção, de valorização pelo sistema escolar dos conhecimentos locais, práticos ou simbólicos;
- (v) A colocação (5) de 50 % de perda de diversidade de mandiocas deveria ser reformulada, pois não pode ser generalizada, se trata de uma localidade em um lugar particular. Um ateliê realizado em Santa Isabel com as donas de roça mostrou que há situações muito diferenciadas entre as espécies e variedades, poucas são consideradas como perdidas, mas várias são mais difíceis de serem encontradas, considerando que é difícil avaliar, sem série diacrônica, se sempre foram espécies ou variedades mais raras ou se estão num processo de desaparecimento. No entanto, há um imenso interesse e curiosidade em conhecer e introduzir novas variedades, mantendo a dinâmica do sistema agrícola. Esse ponto deve ser considerado com atenção;
- (vi) A falta de interesse dos mais jovens ou o baixo envolvimento nas práticas relacionadas ao SAT, quando existir, deve ser relacionado à desvalorização dos saberes locais no sistema escolar, ao estreitamento das relações comunidades – cidades com um frequente deslocamento do centro de gravidade da família para a cidade (acesso a serviços, comércio, saúde, escolas...) ou que se organiza num sistema de bilocalidade, comunidade cidade;
- (vii) A mudança dos hábitos alimentares é também favorecida pela ida à cidade.

Obs: A lista dos pontos 1 a 7 deveria incluir um item 8) a respeito das mudanças climáticas plenamente atual. Esse fator se torna um dos elementos decisivos das dinâmicas de uso de recursos biológicos com implicações sociais, econômicas e culturais. Um exemplo: em 2017, houve uma invasão de mandarovas (lagartas) que acabou com as roças no entorno da cidade de Santa Isabel numa velocidade estonteante. Não foi possível organizar um mapeamento das roças atingidas nem avaliar a amplitude do desastre, mas se coloca a questão de saber se essa invasão foi resultado da implementação de uma política de “modernização agrícola” mecanizada ou consequência de um evento climático. A questão da atual pandemia, do tipo de resiliência dessa agricultura tradicional, deve também ser contemplada. (PACTA, p. 7- 8)



Os itens de 2 ao 4 não foram respondidos, com o argumento que tais indagações deveriam ser feitas aos detentores. Essas questões eram sobre as dificuldades em repassar os conhecimentos aos jovens; transformações nos modos de transmissão; ameaças que refletiram no planejamento e realização de ações de salvaguarda.

5- Sobre o questionamento quanto as ameaças e se elas dificultam o processo de continuidade do SAT, é descrito que:

(i) A posse da terra constitui uma perene fonte de mobilização política e base de elaboração étnica para os povos indígenas. Entre os que habitam o Rio Negro, esse engajamento é reforçado pelo fato de que nem todo o território que ocupam está demarcado e homologado enquanto uma “Terra Indígena”.

(ii) A falta de sintonia entre as orientações técnicas do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) sobre produção nas roças e aproveitamento para alimentação, como nos projetos de mecanização e introdução de variedades “mais produtivas” até a casa de farinha higiênica, que pouco reconhecem e valorizam os conhecimentos preservados ao longo dos anos pelas diferentes etnias do Rio Negro. (PACTA, p. 8)

Consulta à Sociedade Civil Organizada

Considerando a amplitude da pesquisa para reunir os argumentos de análise do processo de Reavaliação do SAT-RN, o IPHAN no Amazonas consultou, além dos detentores do Bem, o Instituto Socioambiental (ISA) que atua no território em colaboração com a FOIRN e outros grupos de proteção à floresta e aos conhecimentos tradicionais indígenas. Essa consulta foi formulada aos pesquisadores Adeilson Lopes, Carla Dias e Natalia Pimenta que evidenciam a contribuição das pesquisas interculturais para a construção do conhecimento acerca dos aspectos sociais, ambientais e culturais da produção agrícola do Rio Negro, os impactos das mudanças climáticas nesses sistemas e as estratégias dos povos para a estruturação de cadeias produtivas e implementação de políticas públicas que atendam à especificidade do SAT-RN e seus detentores.

Segundo esses pesquisadores, desde o momento de Registro do Bem, nenhum aspecto culturalmente relevante desapareceu ou foi substancialmente modificado nos últimos dez anos, tampouco houve transformações nos modos de transmissão tradicionais. Todavia, um novo aspecto vem se destacando nos últimos dez anos e diz respeito ao fato de que diversos



produtos do SAT-RN têm se mostrando como de grande potencial em mercados especializados da gastronomia brasileira, que valorizam seu valor social, cultural e ambiental agregado. Esse componente abre diversas possibilidades para negócios sustentáveis baseados neste sistema milenar.

Soma-se a isso que os conhecimentos tradicionais e as práticas indígenas, associados ao modo particular de fazer a roça, representam considerável valor à diversidade de cultivares para as agricultoras indígenas, conservando cada forma de cultivar e o caráter experimental de plantio e trocas de mudas de manivas e de outras plantas. As práticas e conhecimentos dos povos ronegrinos e o papel para conservação ambiental são reconhecidos, segundo os pesquisadores, internacionalmente.

A contribuição dos povos indígenas ronegrinos para a conservação ambiental e da diversidade foi reconhecida internacionalmente nos últimos dez anos, tendo como consequência a criação do Sítio Ramsar Regional – Rio Negro¹, o maior em extensão territorial e o primeiro Sítio Ramsar no mundo a incluir terras indígenas. (ISA, p. 3)

Outro aspecto importante destacado pelos pesquisadores do ISA foi a descoberta que os povos Hupdah, Yuhupdhe, Nadëb e Dôw são pertencentes ao tronco linguístico hoje denominado Naduhupy, e que o termo Maku não é mais utilizado e reconhecido por estes povos. Esta é uma informação que pode ser contemplado dentre as ações previstas no Plano de Salvaguarda, com intuito de atualizar o reconhecimento dos povos que compartilham as práticas e conhecimentos do SAT-RN, bem como em estudos do fortalecimento das línguas faladas pelos detentores. Outra informação que merece atenção e parece estar implícita dentre as ações do Plano de Salvaguarda é o estudo sobre os impactos ocasionados por programas sociais de transferência de renda. Compreende-se que este tem causado em alguma escala modificações ou desaparecimento de aspectos culturalmente relevantes no SAT-RN.

Nessa perspectiva, consideram os pesquisadores do ISA que colaboraram voluntariamente nesse processo de Reavaliação, que os traços comuns compartilhados pelas etnias indígenas na época do registro do SAT-RN, baseados na convergência e similitude das práticas agrícolas e cosmologias correlatas, precisam ser novamente conferidos. Eles relatam

¹ Informação disponível em < <https://antigo.mma.gov.br/processo-eletronico/item/8564.html>>, em 18 out. 2021.



que a diversidade cultural interna das comunidades indígenas tem sofrido influências de novas descobertas, e que seria apropriado aprofundar a documentação e o conhecimento sobre tais questões:

Por exemplo, qual seria o posicionamento de povos de recente contato, com os Hupda, neste sistema? Outro exemplo, os povos Baniwa vêm defendendo a ideia da existência do subsistema Kaaly, relativo aos povos aruaques da bacia do Içana. Aspectos relacionados com as distribuições regionais das plantas, conhecimentos e práticas em macropaisagens poderiam levar a melhores entendimentos da diversidade interna do SAT-RN, contribuindo para melhor customização de estratégias de fortalecimento desse sistema a partir de seus gargalos e potenciais microrregionais. (ISA, p. 5)

Guardadas as proporções, esse entendimento se correlaciona ao fato de que novos grupos étnicos podem ter estabelecido contato com os detentores do SAT-RN, influenciando hábitos e costumes nesse território. Essa questão é corroborada pelo ISA que sugere estabelecer um grupo de diálogo específico com os países vizinhos, Colômbia e Venezuela, acerca da política brasileira de reconhecimento desse patrimônio cultural com características “transfronteiriça”, visto que “um estudo levado a cabo entre comunidade Baniwa da bacia do Içana entre 2007-2009 captou informações de redes de trocas de material genético, no caso pimentas do gênero *Capsicum*, que provêm de trechos da Colômbia (Içana e Uaupés) e Venezuela (Guainia)”. Não obstante, devem ser consideradas as mudanças na auto-organização dos grupos nos últimos 10 anos, efeito observado pelo ISA na migração de famílias indígenas para a cidade de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, provenientes das calhas de rios acima destes municípios; bem como, investigados os impactos dessas mudanças sobre dinâmicas para a reprodução do SAT-RN.

Perguntados sobre quais tipos de atividades são compreendidas como importantes para divulgação e promoção do bem cultural e de seus produtores/detentores do SAT-RN, os pesquisadores do ISA afirmaram que a publicação do Dossiê foi um marco importante para a divulgação e promoção desse Bem, assim como “a elaboração e publicação dos Planos de Gestão Ambiental e Territorial das TIs do Alto e Médio Rio Negro se converteram em atividades relevantes para atualizar e divulgar informações sobre esse sistema”².

² Planos de Gestão Ambiental e Territorial das TIs do Alto e Médio Rio Negro disponíveis em <https://pgtas.foirn.org.br/>.



Essa constatação encaminha para a seguinte questão: é possível aferir se o registro influenciou na geração de emprego e renda para os detentores? De acordo com os pesquisadores do ISA, sim.

O registro fortaleceu e estimulou iniciativas de exploração econômica direta (através da venda de produtos) e indireta (através da oferta de serviços de turismo de base comunitária) que incorporam o título de Sistema Agrícola Patrimônio como centrais nas suas narrativas. Neste aspecto pode-se afirmar que o registro influenciou na geração de emprego e renda para seus detentores. Além disso, uma geração de projetos com foco no aproveitamento econômico do potencial desse sistema está em plena gestação (pimentas, frutas, farinhas, derivados da mandioca), capitaneados pela Foirn e seus parceiros indígenas e não-indígenas. Esses projetos, se bem conduzidos e sucedidos, poderão trazer um salto de perspectivas em relação a capacidade desse sistema como gerador de novas oportunidades econômicas para as comunidades detentoras. (ISA, p. 7)

Contudo, se o registro do BEM tem promovido esses resultados na geração de oportunidades de trabalho renda, perguntou-se também se as preocupações apresentadas na época do reconhecimento do SAT-RN se mantinham e quais impactos causaram na transmissão dos saberes. Nesse quesito, informaram esses pesquisadores que as preocupações permanecem, e acrescentaram não ter condições de apontar outros impactos que causaram na transmissão dos saberes desde o registro. A patrimonialização, disseram, “fortaleceu a retórica e a incidência política das organizações indígenas locais diante da narrativa hegemônica do modelo de agricultura moderna, também abrindo espaços de discussão e fortalecendo o interesse dos mais jovens”. Somam-se a isso, os efeitos ambientais decorrentes das mudanças climáticas e eventos extremos, como por exemplo os incêndios de 2015 nos igapós do médio Rio Negro, sobretudo nas imediações da sede municipal de Barcelos e a grande cheia dos rios de 2021³. Conservação ambiental, a propósito, está entre as preocupações dos jovens rionegrinos, atentos às questões das mudanças climáticas e seus efeitos na saúde coletiva e seus modos de vida, como demonstrado no alerta produzido na assembleia de novembro de 2020⁴.

Para além da preocupação ambiental, a investigação do IPHAN no Amazonas e dos pesquisadores do ISA buscou descobrir se existem dificuldades no repasse dos conhecimentos associados ao SAT-RN junto aos jovens. Nesse sentido, foi apurado:

³ Revista de pesquisa intercultural do Rio Negro - Aru: <https://isa.to/2WSMm70>.

⁴ Disponível em <https://isa.to/2JcUHNR>.



Os jovens rionegrinos encontram-se cada vez mais envolvidos no processo de escolarização, o que acaba distanciando-os de trabalhos que em outros contextos recebiam maior dedicação, como os trabalhos relacionados com o SAT-RN. Isso afeta a capacidade dos pais e mães de famílias em tocar as atividades que antes recebiam maior aporte de mão-de-obra dos filhos. Para compensar essa falta, observa-se que muitos vêm investindo em equipamentos tecnológicos que amenizem a diminuição de oferta de mão-de-obra, como motosserras para as derrubadas, motores de rabeta para os deslocamentos e motores para o processamento dos alimentos. Nas escolas, falta material didático bem como práticas pedagógicas orientadas que traduzam as informações sistematizadas no processo de patrimonialização do SAT para o ambiente de ensino-aprendizagem escolar. Tudo isso resulta em dificuldades para repassar conhecimentos associados ao SAT-RN para os mais jovens. (ISA, p. 9)

Diante dessas constatações, a investigação conduzida pelos pesquisadores do ISA com a orientação do IPHAN no Amazonas, buscou identificar em que medida as ameaças até aqui levantadas se refletiram no planejamento e realização de ações de salvaguarda ao longo destes 10 anos. Assim, foi apurado que algumas ações de salvaguarda foram planejadas e estão sendo implementadas, como a estruturação de cadeias produtivas e de serviços que colocam o SAT-RN no centro de suas estratégias, valorizando a oferta de produtos e serviços em nichos de mercado que reconhecem a origem e o valor socioambiental agregado, com rastreamento através do selo Origens Brasil, buscando ofertar produtos para a merenda escolar, sensibilizando os consumidores desses produtos e serviços para serem partícipes no processo de salvaguarda do patrimônio. Essas ações vêm engajando jovens que passam a olhar o SAT com uma outra perspectiva (futurista) e não mais como algo fadado ao fracasso e esquecimento. Conforme esse relato:

Além de ações de promoção econômica, também foram implementadas ações de monitoramento ambiental e climático que vem descrevendo ciclos e processos associados ao SAT-RN em macro escala do médio ao alto Rio Negro, através de uma rede de agentes indígenas de manejo ambiental. No âmbito da elaboração dos PGTA's o SAT-RN recebeu atenção especial no levantamento diagnóstico também realizado na escala de todos os municípios do médio e alto Rio Negro, e várias ações de valorização e salvaguarda desse sistema foram reivindicadas nos planos de ações prioritárias que a partir de agora deverão ser implementados. Para isso, será fundamental a barganha política e adesão de governos e da sociedade como um todo na sua implementação. (ISA, p. 10)

Finalmente, o processo de Reavaliação buscou identificar outras ameaças que dificultam ou possuem potencial para dificultar a continuidade do bem cultural, sendo descritas as seguintes situações:



1.a intensificação de processos migratórios e intensificação do fluxo de viagens das famílias para a cidade-polo de São Gabriel da Cachoeira em busca de produtos e serviços é uma ameaça com algum potencial para dificultar a continuidade do bem;

2.as mudanças climáticas globais como uma ameaça latente, inclusive já tendo gerado enormes prejuízos quando foi estopim de atípicos incêndios ocorridos no médio Rio Negro durante o verão de 2016, quando os moradores do município de Barcelos testemunharam uma seca severa que foi responsável por uma sequência de incêndios florestais sem precedentes. De acordo com o estudo conduzido no laboratório de geoprocessamento do ISA, a partir de dados de foco de fogo do INPE, foi possível identificar que no verão de 2016 os focos de fogo foram cerca de 70 vezes mais numerosos que nos dois anos anteriores: 178 focos em 2014, 196 focos em 2015 e 14.321 focos em 2016. Em 2018, foi a vez do alto Rio Negro sofrer os efeitos de estiagens severas, prejudicando e trazendo impactos sobre as rocas, inclusive ameaçando a segurança alimentas de várias famílias. (ISA, p. 10)

Bloco 2: Das Ações de Salvaguarda

Desde os anos de 1980 do século passado, com a fundação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro FOIRN e o surgimento das Associações e Coordenadorias filiadas distribuídas nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, sempre houve como principal bandeira a salvaguarda dos conhecimentos tradicionais dos povos do Rio Negro. Para fortalecer este trabalho, foi estabelecida em 2005, parceria com o projeto de pesquisa PACTA – Populações Tradicionais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia. O projeto foi realizado no âmbito da cooperação científica bilateral entre CNPq, Institute Recherche pour Development-IRD do Governon Francês e UNICAMP, e parceria com Instituto Socioambiental- ISA. Em 2008, as organizações indígenas com base na pesquisa realizada iniciaram as tratativas junto ao IPHAN para solicitar o Registro.

Breve Histórico das Ações

A partir do reconhecimento em 2010, o IPHAN coordenou diversas reuniões e ações visando a mobilização de detentores, difusão dos saberes e articulação interinstitucionais, desenvolvendo assim as ações de salvaguarda do bem patrimonializado.



No ano de 2018, o IPHAN publicou o livro *Saberes, fazeres, gíngas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil*. A publicação apresenta as principais ações de salvaguarda desenvolvidas para os bens registrados no período de 2002 a 2018 e estão classificadas de acordo com os quatro eixos de atuação da política de salvaguarda, conforme o que é proposto pelo Termo de Referência de Salvaguarda, Portaria 299, de 2015: Eixo 1 Mobilização social e Alcance da Política, Eixo 2 Gestão participativa no processo de salvaguarda; Eixo 3. Difusão e Valorização; e Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural. A seguir, reunimos em um quadro das ações descritas na publicação, desde 2011 até 2018, conforme conta entre as páginas 189 e 195.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política
2011. Realização de cerimônia pública de entrega do título de Patrimônio Cultural do Brasil aos detentores do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, ocorrida em Santa Isabel do Rio Negro, com o apoio da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), da Associação Indígena de Barcelos (Asiba), do Instituto Socioambiental (Isa), do Projeto Populações Locais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais (Pacta) (IRD-Unicamp / CNPq) e da Embaixada da França. Seguiram-se dois dias de encontro para a realização de discussões, plenárias e grupos de trabalho para o início da elaboração do Plano de Salvaguarda.
2012. Reunião de articulação para a salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro – SAT/RN, ocorrida na sede do Iphan em Brasília, com o objetivo de discutir estratégias de mobilização social dos indígenas para a salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. O evento contou com a participação de representantes da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), da Associação Indígena de Barcelos (Asiba), Superintendência do Iphan no Amazonas e Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), além de pesquisadores especialistas.
2013. Realização de articulações com instituições estaduais do Amazonas, com vistas a fortalecer a salvaguarda do SAT-RN. Foram realizadas reuniões com a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (SEIND); Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas (Sepror) e Secretaria de Educação (Seduc). Realização de reunião no Instituto Socioambiental (Isa), em Manaus, com a participação de diversas instituições atuantes no Médio e Alto Rio Negro, com objetivo de consolidar o diálogo interinstitucional e definir uma agenda comum de atuação nas comunidades rionegrinas, otimizando os esforços para atendimento às demandas locais.
2015. Realização de reunião em Manaus para acompanhamento dos projetos realizados em parceria com o Instituto Socioambiental (Isa), envolvendo ações de salvaguarda dos lugares sagrados dos povos Indígenas dos rios Uapés e Papuri e do SAT-RN. Articulação institucional com representantes de órgãos governamentais e associações indígenas, com o intuito de tratar de políticas públicas que mantêm interface com a agricultura e o sistema alimentar do Rio Negro, em vista a valorização econômica do SAT-RN. Dentre as instituições parceiras,



destacam-se: Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (Acir), Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de São Gabriel da Cachoeira.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda
<p>2013. Realização de reunião no Instituto Socioambiental (Isa), em Manaus, tendo como objetivo discutir a composição e formalização do comitê gestor da salvaguarda do SAT-RN. Definiu-se que a Superintendência do Iphan no Amazonas formalizaria convite às seguintes instituições parceiras: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN); Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN); Associação Indígena de Barcelos (Asiba); Instituto Socioambiental (Isa); Projeto Populações Locais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais (Pacta); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).</p>
<p>2014. Realização de ciclo de reuniões com o objetivo de promover a articulação de lideranças e instituições locais e de identificar detentores com disponibilidade e interesse em participar do conselho consultivo referente às ações do Plano de Salvaguarda do SAT-RN, o Conselho de Anciã(o)s.</p>
<p>2014- Realização de articulações institucionais nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, por meio da Superintendência do Iphan no Amazonas, para planejamento das ações de salvaguarda do SAT-RN. Foram realizadas reuniões com as seguintes instituições de representação indígena e órgãos estaduais e municipais que atuam diretamente com os indígenas e com as questões agrícolas e alimentícias: Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (Sempa); Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam); Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN); Instituto Federal do Amazonas (Ifam); e Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN).</p>
<p>2014- Formação dos Conselhos de Anciãos, denominados a partir de então de Conselhos da Roça, nomenclatura escolhida pelos detentores do SAT-RN, composto por pessoas legitimadas pelos seus pares como conhecedores da prática. Foi formado um Conselho da Roça em cada município: Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.</p>
<p>2014. Realização de reunião em Santa Isabel do Rio Negro para instituição do Conselho Regional da Roça, a partir da representação equitativa de membros de cada um dos três conselhos (Santa Isabel, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira).</p>
<p>2015. Realização de reuniões dos Conselhos da Roça, em Santa Isabel do Rio Negro e em Barcelos, tendo como protagonistas as associações indígenas locais: ACIMRN, em Santa Isabel, e Asiba, em Barcelos. O objetivo foi levantar informações sobre os desafios locais e ações de salvaguarda em andamento. 2015. Realização de Seminário para formalização do Comitê Gestor da Salvaguarda do SAT-RN, em Manaus.</p>
<p>2016-2018. Realização dos Seminários de Salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, com periodicidade anual, para debater as ações e soluções de preservação e sustentabilidade desse patrimônio, com a participação dos membros das comunidades indígenas detentoras, dos Conselhos da Roça e parceiros envolvidos. Durante o seminário, cada instituição apresenta as ações executadas em prol da salvaguarda do SAT-RN. Dentre os</p>



objetivos dos seminários estão: estabelecer as atribuições de cada entidade para a atuação na salvaguarda do bem cultural, o planejamento de uma agenda articulada entre as instituições e previsão de novos encontros do Comitê para monitoramento e avaliação das ações, isto é, a elaboração de um Plano de Salvaguarda dinâmico, elaborado e executado ao mesmo tempo.

Eixo 3. Difusão e Valorização
2014 - 2015. Impressão de material gráfico e audiovisual de divulgação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, para distribuição em estabelecimentos de ensino, instituições públicas, comunidades, associações indígenas e organizações parceiras, com o objetivo de difundir o conhecimento e promover a valorização do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.
2015- Participação da Superintendência do Iphan no Amazonas na I Feira de Troca de sementes Saberes da Terra Indígena Andirá-Marau, por meio de exposição sobre a política de proteção do patrimônio cultural e sobre os efeitos do registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.
2016. Apoio à publicação do livro Manivas Aturás Beijus: o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro – Patrimônio Cultural do Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural.
Acompanhamento do processo de construção de uma estufa de alimentos empreendida pelo Instituto Socioambiental e Institut de Recherche pour le Développement (IRD-França) como parte de uma proposta para a valorização econômica dos detentores do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.
2014-2016. Realização de Oficinas de Audiovisual com detentores do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, a partir de contrato firmado com a Associação Filmes de Quintal. Foram realizadas oficinas de audiovisual com cerca de 30 indígenas dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, gerando como produto final dois DVDs: Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro: Saberes Indígenas e Diversidade (produzido a partir de 16 filmes realizados por jovens indígenas, com duração de 56') e Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro: Olhares Indígenas (coletânea com 10 filmes de cineastas indígenas de diversas etnias rionegrinas).

Ações Mencionadas Pelos Detentores Através das Atividades de Consulta

Em consulta aos detentores esses destacaram a importância de ações que ao longo dos últimos anos cooperaram para divulgação e promoção do bem cultural desde o registro do bem. Dentre elas, citaram as Exposições itinerantes no município de Santa Isabel do Rio Negro (2011,2012); exposições itinerantes no rio Içana (2014), exposição no Museu da Amazônia (2015, em Manaus, com curadoria participativa entre indígenas e museólogos), exposições nas escolas dos municípios (2012, 2013), cartilhas do Iphan sobre o SAT-RN



(2015), livro “Manivas, aturás e bejus” (2015), oficinas de audiovisual e filmes do Iphan sobre o SAT-RN, filme feito junto ao MUSA (2015), Exposição no Sesc São Paulo (2017), construção da Casa de Frutas de Santa Isabel do Rio Negro, Prêmio BNDES concedido ao SAT-RN, formação da CATRAPOA e fortalecimento do acesso ao PNAE, Palestras diversas em seminários e eventos (ex. Palestra no Consea), Realização do aniversário de 25 anos da ACIMRN cujo tema foi SAT-RN, Apresentações e divulgações em Assembleias locais, Formação do Comitê gestor do SAT-RN, Dissertações sobre do SAT-RN (Ilma Nery, Evelin Nery, Julia Berstein, Thayná Ferraz), Criação da marca Wariró de produtos do SAT-RN, Criação do Departamento de educação e patrimônio cultural na última Assembleia da FOIRN em 2020 dentre outras.

Pesquisas e Publicações Sobre Bem Indicadas Pela Consulta à Academia

Conforme relatado pelos pesquisadores, ao longo dos 10 anos houve diversas pesquisas e publicações realizadas pelo Projeto PACTA, sendo indicada uma lista detalhada de 34 das publicações realizadas, compondo importantes documentações de identificação e conhecimento sobre o bem e, por isso, podem ser compreendidas como ações de salvaguarda. A lista com as publicações listadas pode ser conferida no ANEXO I.

Da Elaboração do Plano de Salvaguarda

Ressalta-se que à época do Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro não se encontravam plenamente consolidadas e sistematizadas as diretrizes de salvaguarda no âmbito da política nacional. Tratava-se de um contexto em que o IPHAN passou a apoiar uma série de iniciativas importantes para sustentabilidade cultural do bem, sem, todavia, sistematizá-las em condições para avaliar impactos, monitorar resultados e fomentar autonomia de seus detentores na gestão da salvaguarda do Patrimônio. A sistematização, a nível institucional se deu anos depois, com a Portaria 299, de 17 de julho



de 2015, dispondo de Termo Referência sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil no âmbito do IPHAN. Desta forma, avalia-se como oportuno o contexto dos trabalhos do processo de Revalidação no sentido de dar continuidade aos processos de salvaguarda, tendo como proposta as Diretrizes de salvaguarda para Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Conforme descrito, anteriormente, no quadro de ações de salvaguarda, conforme consta no livro *Saberes, fazeres, gíngas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil (2018)*, entre os anos de 2016 e 2018, houve a realização dos Seminários de Salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, para debater as ações e soluções de preservação e sustentabilidade desse patrimônio, com a participação dos membros das comunidades indígenas detentoras, dos Conselhos da Roça e parceiros envolvidos. Durante estes eventos, cada instituição foi convidada a apresentar possibilidades de ações em prol da salvaguarda do SAT-RN, fomentando assim o planejamento de uma agenda articulada entre as instituições com a finalidade de elaboração de um Plano de Salvaguarda. O processo de elaboração foi iniciado nestas atividades, tendo sistematização concluída apenas em 2019.

Em 2019, no município de São Gabriel da Cachoeira, foi realizado o Conselho da Roça para revisar o planejamento desenvolvido, encaminhando as recomendações de diretrizes e demandas para Reunião de Salvaguarda com parceiros. No mesmo ano, em Manaus, foi realizada a Reunião de Salvaguarda entre representantes do Conselho da Roça com parceiros de Instituições públicas, organizações da sociedade civil e o corpo técnico do IPHAN, em Manaus, para sistematização do Plano de Salvaguarda e pactuação da gestão compartilhada do bem.

O Plano foi resultado de um amplo debate em torno das necessidades e expectativas dos detentores, levantadas e discutidas em reuniões anteriores, tendo-se em vista as especificidades culturais, as vulnerabilidades e potencialidades locais. Construindo ações e soluções de preservação e sustentabilidade desse patrimônio, com a participação dos



membros das comunidades indígenas detentoras e parceiros de entidades governamentais, não governamentais envolvidas.

As ações previstas no Plano de Salvaguarda têm como alicerces os princípios do interesse público e da essencialidade, previstos no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, tendo em vista que é inerente à política de salvaguarda, proposta pelo IPHAN, considerar a participação e interesse dos atores sociais diretamente envolvidos na produção e reprodução do bem cultural (detentores), fomentando um ambiente de partilha de responsabilidade junto às instituições que podem colaborar para salvaguarda, contemplando as diversas demandas e segmentos que compõe o universo do bem cultural, vislumbrando o que descreve o Art. 216, da constituição federal.

A versão sistematizada em 2019, ficou para validação posterior dos detentores no âmbito do Conselho da Roça, e o IPHAN faria a mediação para continuar dialogando e convidando parceiros para firmarem compromissos com as agendas e ações construídas no Plano. Em 2021, em assembleia da FOIRN, envolvendo o recém-criado Departamento de Educação e Patrimônio Cultural da FOIRN., foi validado o formato do Plano de Salvaguarda. No entanto, observa-se que o Plano ainda apresenta lacunas e informações a serem preenchidas. A finalização foi planejada para execução tanto em 2020 quanto em 2021, assim como a retomada das articulações com instituições parceiras, porém estas as projeções foram comprometidas pelas condições impostas pela pandemia do COVID 19.

Poderá ser acessada, nos autos do processo SEI Nº 01450.001875/2021-26, a última versão do Plano de Salvaguarda. O propósito de apresentá-lo na íntegra, apesar de inconcluso, é demonstrar como ele já reúne e contempla demandas ou recomendações indicadas nas atividades consultivas para elaboração deste Parecer, sintetizando ações formuladas e debatidas desde 2016, junto ao IPHAN.



Conclusão

As consultas realizadas com diferentes grupos, apesar das limitações impostas pela pandemia do Covid-19, permitiram compreender de forma detalhada aspectos extremamente relevantes para compreender as dinâmicas e contextos do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro – SAT-RN, desde quando do reconhecimento/registro como Patrimônio Cultural do Brasil no ano de 2010 aos dias atuais. Salientamos que esse processo de consulta, como já descrito, foi possível graças as colaborações dos parceiros FOIRN, ISA, PACTA, ACIMRN, bem como das lideranças indígenas/detentores.

Como exposto pelos grupos de detentores, existe uma complexidade de elementos que tangem o SAT-RN e também ressaltam a sua importância como bem cultural, pois para além de forma técnica de produção, simboliza e representa um modo de vida, complexa rede social, relações interespécies e cosmovisões singulares, em que há variações de acordo com as etnias, porém, há uma gama de elementos que são comuns a eles(as).

Sendo assim, as informações e relatos apresentados apontam, para além da importância como patrimônio cultural, a necessidade de pesquisas complementares para melhor compreender as nuances e singularidades do SAT/RN em distintas localidades e etnias, além de proporcionar dados que permitam mensurar impactos (positivos e negativos) e auxiliar na compreensão das dinâmicas culturais de transmissão e salvaguardas, bem como identificar as pressões e ameaças, sejam elas diretas e indiretas.

Tendo em vista que reconhecimento de um bem cultural como Patrimônio significa, em primeira instância, compreendê-lo como referência cultural à memória e identidade para grupos sociais, e que sua natureza imaterial é dinâmica, pois é calcada nas relações culturais estabelecidas ao longo do tempo, o processo de reavaliação precisa estabelecer uma relação polifônica com aquelas e aqueles compreendidos como legítimos detentores dos conhecimentos e relações associadas ao bem patrimonializado.

Nesse sentido, a consulta junto às detentoras e detentores foi fundamental, apesar de todas as dificuldades e limitações já mencionadas anteriormente, pois possibilitou identificar, através das relações de consulta, desenvolvidas pelas colaboradoras do ISA, percepções com base nas vivências que os mesmos mantêm nas roças e nas práticas culturais relacionadas ao SAT-RN, reconhecendo-se alguns processos de permanências e transformações, bem como as



conexões a partir do diagnóstico feito por elas e por eles sobre as demandas de ações de salvaguarda já inscritas no Plano de Salvaguarda construído.

A consulta junto às pesquisadoras e pesquisadores do ISA e do PACTA permitiu ter acesso a informações relevantes para compreender quanto as transformações e impactos sobre o SAT nos últimos 10 anos. As pesquisadoras do PACTA descreveram e contextualizaram as ações iniciais de quando o SAT estava a pleitear o registro e reconhecimento com Patrimônio Cultural do Brasil. Ao elencar as questões históricas do processo de reconhecimento e elementos atuais, eles evidenciam que existe a necessidade de realizar novas pesquisas que possibilitem conhecer e incorporar outros territórios e traços culturais que fazem parte do SAT, bem como dá necessidade de compreender e mensurar determinados impactos, sejam eles negativos e positivos. Fica evidente, na perspectiva destes dois segmentos envolvidos, a complexa rede cultural que compõe o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro e de sua importância como Patrimônio Nacional do Brasil, pois configura-se de uma trama cultural complexa da biodiversidade, grupos sociais indígenas de etnias diversas, além dos componentes singulares da cosmovisão. O relato dos pesquisadores ao mesmo tempo que apresentam um cenário diverso e rico, demonstram também a grande fragilidade ao qual o SAT está sujeito, em que fica extremamente evidente a necessidade de revalidação do registro, e consequentemente, a salvaguarda do bem.

Conforme ressaltamos no início deste Parecer, o contexto imposto pela pandemia do COVID-19 impediu a realização plena das atividades previstas para integração de detentores, parceiros e interessados na salvaguarda do SAT-RN. Desta maneira, este documento que ora se apresenta resulta de um esforço com capacidade de alcance limitado, na perspectiva de cumprir o que nos foi solicitado. Ressalta-se, ainda, como já foi mencionado, que à época do Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro não havia consolidada a sistematização de medidas de salvaguarda no âmbito da política nacional de salvaguarda do Patrimônio Imaterial. A sistematização, a nível institucional, se deu anos depois com a Portaria 299, de 17 de julho de 2015, dispondo de Termo Referência sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil no âmbito do Iphan. Por isso, trata-se de temática, vínculos e negociações estabelecidas entre detentores e IPHAN com base na proposta da política de salvaguarda do órgão bastante incipiente. No entanto, é importante ressaltar a formação do coletivo



deliberativo de Salvaguarda ancorado e apoiado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, bem como associações filiadas e coordenadorias, pelo Instituto Socioambiental- ISA, pesquisadores do PACTA e demais colaboradores.

Diante de tudo o que foi possível reavaliar, produzindo uma leitura de algumas das transformações e permanências, ouvindo os detentores, e demais interlocutores, somos favoráveis à Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, inscrito em 2010 no Livro de Registro dos Saberes.

Este é o nosso parecer.

Manaus, 29 de outubro de 2021

Mauro Augusto Dourado Menezes

Antropólogo

Matrícula SIAPE 3126015

Coordenação Técnica/ Patrimônio Imaterial – Superintendência do IPHAN no Amazonas

Jorge Edson da Costa Garcia

Sociólogo

Matrícula SIAPE 0222301

Coordenação Técnica/ Patrimônio Imaterial – Superintendência do IPHAN no Amazonas

Leandro Eustáquio Gomes

Antropólogo

Colaborador Voluntário

Coordenação Técnica/ Patrimônio Imaterial – Superintendência do IPHAN no Amazonas



Referências bibliográficas

BRAYNER, Natália. Da roça à mesa: Caminhos e sentidos da patrimonialização do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, AM, in: Sistemas Agrícolas do Brasil. Brasília- DF. Embrapa. 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação- Brasília. 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. (Dossiê Iphan: 19). Brasília- DF. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação- Brasília. 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL .Saberes, fazeres, gingas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018. Brasília. 2018.

VELTHEM, Lúcia & EMPERAIRE. Laure (Orgs). Manivas aturás beijus: o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro... / coordenadoras Lúcia Hussak van Velthem, Laure Emperaire. --- Santa Isabel do Rio Negro: ACIMRN. 2016.



ANEXO I

Lista das publicações dos pesquisadores do PACTA em relação com o SAT RN posteriores a 2010
1. Nogueira, L., Falcão, M. A., Hilário, Melgueiro, M. d. R., Penha Barreto, M. A., da Silva, M. L., Aragão, Perina R. Gomes de Castro, S., Monteiro, V., Dias, C., Eloy, L., Emperaire, L. (2010). História de vida das plantas e agricultura indígena no médio e alto Rio Negro. In A. Cabalzar (Ed.), <i>Manejo do mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro</i> (pp. 192-203). São Paulo / São Gabriel da Cachoeira: ISA / FOIRN.
2. Emperaire, L., & Cabral de Oliveira, J. (2010). Redes sociales y diversidad agrícola en la Amazonía brasileña : um sistema multicêntrico. In M. L. Pocchetino, A. H. Ladio, & P. M. Arenas (Eds.), <i>ICEB2009 - Tradiciones & transformaciones en Etnobotánica</i> (pp. 180-185). Bariloche - Argentina: Cyted-Risapred.
3. Emperaire, L. (2011). Diversidade biológica e diversidade cultural. In J. M. Barros & G. Kauark (Eds.), <i>Diversidade cultural e desigualdade de trocas - participação, comércio e comunicação</i> (pp. 135-145). Belo Horizonte: Itaú Cultural.
4. Emperaire, L., Velthem, L. H. v., & Oliveira, A. G. d. (2012). Patrimônio cultural imaterial e sistema agrícola: o manejo da diversidade agrícola no médio Rio Negro (AM). <i>Ciência e Ambiente</i> , 44, 154-164.
5. Correia, J., Bustamante, P., Emperaire, L., & Mitja, D. (2013). Desafios da Pesquisa Participativa e Restituição em Projeto de Pesquisa junto a Pequenos Agricultores. Estudo de caso: Projeto Rio Pardo, Embrapa/Brasil. <i>Cahiers des Amériques Latines</i> , 72-73, 123-140. doi: 10.4000/cal.2846
6. Emperaire, L. (2013). Agrobiodiversidade e sistemas agrícolas tradicionais. <i>Magistra, Cruz das Almas-BA</i> , 25, 1-5.
7. Emperaire, L. (2014). Patrimônio agrícola e modernidade no Rio Negro (Amazonas). In M. Carneiro da Cunha & P. d. Niemeyer Cesarino (Eds.), <i>Políticas culturais e povos indígenas</i> (pp. 59-89). São Paulo: Cultura Acadêmica.
8. Emperaire, L. (2014). Populações e conservação local dos recursos fitogenéticos. In <i>Atas da 66ª reunião da SBPC</i> (pp. 3). São Paulo: SBPC.
9. Emperaire, L. (2015). La patrimonialización de un sistema agrícola en la Amazonia brasileña. In A. d. P. e. d. p. vivo (Ed.), <i>Diversidad cultural y el estado : escenarios e desafios de hoy</i> (pp. 178-188). Buenos Aires: Ministerio de la Cultura.
10. Emperaire, L., Eloy, L., & Seixas, A. C. (2016). Redes e observatórios da agrobiodiversidade, como e para quem? Uma abordagem exploratória na região de Cruzeiro do Sul, Acre. <i>Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas</i> , 11(1), 159-192. doi:http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222016000100002
11. Emperaire, L., & López Garcés, C. (2016). Dinâmicas das agriculturas amazônicas. . <i>Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas</i> , 11(1), 13-16. doi:http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222016000100002
12. Teixeira Nery, C. A. (2016). Introdução. In L. H. v. Velthem & L. Emperaire (Eds.), <i>Manivas, aturás e beijus : o sistema agrícola tradicional do Rio Negro, patrimônio cultural do Brasil</i> (pp. 6-7). Brasília: ACIMRN.
12. Velthem, L. H. v., Emperaire, L., Katz, E., & Teixeira Nery, C. A. (2016). <i>Manivas, aturás e beijus : o sistema agrícola tradicional do Rio Negro, patrimônio cultural do Brasil</i> . Brasília: ACIMRN.
13. Velthem, L. H. v., & Emperaire, L. (2016). O sistema agrícola tradicional: algumas referências. <i>Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente, Amapá e Norte do Pará. Publicação Trimestral do Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena</i> , 4. (SEM TEXTO)

14. Emperaire, L. (2017). Saberes tradicionais e diversidade das plantas cultivadas na Amazônia. In B. Baptiste, D. Pacheco, M. Carneiro da Cunha, & S. Diaz (Eds.), <i>Knowing our Lands and Resources: Indigenous and Local Knowledge of Biodiversity and Ecosystem Services in the Americas</i> (Vol. 11, pp. 41-62). Paris: Unesco.
15. Emperaire, L., Carneiro Da Cunha, M., & Tozi, D. (2017). Manivas e papas: três experiências de patrimonialização da agrobiodiversidade. In P. G. Bustamante, R. L. Barbieri, & J. Santilli (Eds.), <i>Conservação e uso da agrobiodiversidade: Relatos de experiências locais</i> (pp. 69-96). Brasília: Embrapa.
16. Carneiro Da Cunha, M., & Emperaire, L. (2018). Como alargar o mundo. In G. Morim de Lima, I. Scaramuzzi, J. Cabral de Oliveira, L. Santonieri, M. A. d. Arruda Campos, & T. Mota Cardoso (Eds.), <i>Práticas e Saberes sobre agrobiodiversidade</i> (pp. 12-13). Brasília: IEB.
17. Emperaire, L. (2018). Quais inovações para os sistemas agrícolas tradicionais ? (Quelles innovations pour les systèmes agricoles traditionnels ?). <i>ARU, Revista de pesquisa intercultural da bacia do Rio Negro (Revue de recherche interculturelle du Rio Negro)</i> , 2, 21-27.
18. Ferraz da Cunha Pinheiro, T. (2018). <i>Cidades e roças na Amazônia: histórias de vida e cotidiano de mulheres indígenas em Santa Isabel do Rio Negro (AM)</i> . (Mestrado Dissertação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
19. Meira, M. A., Velthem, L. H. v., Pinto Lima, H., Tavares Marques, F. L., Emperaire, L., & Alencar Guzmán, D. d. (2019). Povoamentos indígenas e assentamentos coloniais no Rio Negro, perspectivas de pesquisa colaborativa (Peuplements amérindiens et installations coloniales dans le Rio Negro, perspectives de recherche collaborative). <i>ARU, Revista de pesquisa intercultural da bacia do Rio Negro (Revue de recherche interculturelle du Rio Negro)</i> , 3, 118-131.
20. Emperaire, L., Fausto, C., Freitas, F. d. O., Mendes dos Santos, G., Smith, M., & Bustamante, P. G. (2021). Agrobiodiversidade e roças. In M. Carneiro da Cunha, S. B. Magalhães, & C. Adams (Eds.), <i>Povos tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças</i> . (Vol. 7, pp. 18-56). São Paulo: SBPC. http://portal.sbpcnet.org.br/publicacoes/povos-tradicionais-e-biodiversidade-no-brasil/
21. Neri, I. F. (2018) <i>Valorização dos produtos do Sistema Agrícola Tradicional do Médio Rio Negro no Amazonas: de circuitos invisíveis a novas alternativas de mercado</i> . Dissertação. Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
22. Neri, I. F., Diniz, J. D. de A. S., Emperaire, L. (no prelo) Produtos indígenas do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro - Amazonas/Brasil: experiências de valorização de um patrimônio cultural. <i>Coletânea do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais</i> , Universidade de Brasília.
24. Diniz, J.D.A.S.; Cerdan, C. . Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. In: Marcio Gazolla; Sergio Schneider. (Org.). <i>Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar</i> . 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, v. 1, p. 261-282.
25. Velthem, L. H. van, & Benchimol, A. (2018). Museus, coleções, exposições e povos indígenas. <i>Em questão</i> , 24(2), 19.
26. Velthem, L. H. v. (2012). Cestos, peneiras e outras coisas: a expressão material do sistema agrícola no rio Negro. <i>Revista de Antropologia</i> , 12, 401-438.
27. Velthem, L. H. v., & Robert, P. d. (2012). Watura e Kak: Cestos Cargueiros Ameríndios. <i>Revista Antropológicas</i> , 23(2), 8-27.



<p>28. Velthem, L. H. v., Pereira, E., & Galúcio, A. V. (2019). Acervos culturais do Museu Paraense Emílio Goeldi: 150 anos de história e perspectivas futuras. In A. V. Galúcio & A. L. Prudente (Eds.), <i>Museu Goeldi: 150 anos de ciência na Amazônia</i> (pp. 272-291). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.</p>
<p>28. Velthem, L. H. v., & Candotti, E. (2019). Marcas na Amazônia: coleções, exposições e museus. In A. V. Galúcio & A. L. Prudente (Eds.), <i>Museu Goeldi: 150 anos de ciência na Amazônia</i> (pp. 292-313). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.</p>
<p>29. Velthem, L. van (2021). Cultura material. In M. Carneiro da Cunha, S. B. Magalhães, & C. Adams (Eds.), <i>Povos tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças</i>. (Vol. 8, pp. 123-145). São Paulo: SBPC. http://portal.sbpnet.org.br/publicacoes/povos-tradicionais-e-biodiversidade-no-brasil/</p>
<p>30. Santonieri, L., & Bustamante, P. G. (2016). Conservação ex situ e on farm de recursos genéticos: desafios para promover sinergias e complementaridades. <i>Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas</i>, 11, 677-690. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222016000300677&nrm=iso</p>
<p>31. Freire de Medeiros, J. (2014). <i>Conservação ex situ e acesso à informação: levantamento das amostras de Manihot esculenta coletadas na região do Rio Negro - AM, conservadas pela Embrapa</i>. (Graduação Trabalho de conclusão de curso). UnB, Planaltina.</p>
<p>32. Legrand, S. Mémoire de stage <i>Analyse des dynamiques agricoles dans le moyen Rio Negro, Brésil, à partir d'images satellite</i>, M1 Sciences Économiques et Sociales UE Stage laboratoire ou entreprise/mini-mémoire MSCES203, Université de Versailles : Saint Quentin en Yvelines, 37 p.</p>
<p>33. Stock Vieira, F. (2014). <i>Economia do conhecimento tradicional e a valoração econômica como instrumento de sua conservação: o caso das mandiocas açucaradas</i>. (mestrado). UnB, Brasília.</p>
<p>34. Borges Olsen, L. (2014). <i>Conservação da Agrobiodiversidade: Valor Econômico das Decisões de Produtores Rurais</i>. (mestrado). UnB, Brasília.</p>